

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEL AV ANDRÉ GUSTAVO FERNANDES PEÇANHA

A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL EM APOIO À POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA COLETIVA NO CONE SUL

RIO DE JANEIRO

2018

CEL AV ANDRÉ GUSTAVO FERNANDES PEÇANHA

A SEGURANÇA COLETIVA NA AMÉRICA DO SUL – AMEAÇAS E
OPORTUNIDADES

A participação da Marinha do Brasil em apoio à política externa brasileira na
construção da segurança coletiva no Cone Sul

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como
requisito parcial para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (R1) Calmon Bahia

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

A minha amada esposa e queridos filhos que, na minha carreira, sempre entenderam a ausência e incentivaram minha dedicação, permitindo que o tempo, necessário à realização das tarefas impostas pelo curso, ora em andamento, fosse dividido entre atividades acadêmicas e familiares.

Ao meu orientador, Ilustríssimo Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Nelson Ricardo Calmon Bahia, registro meu agradecimento pelas orientações, pela disponibilidade e dedicação, sempre compartilhando comigo pensamentos e materiais que foram utilizados durante a execução deste trabalho.

Agradeço a todos os Professores, Instrutores e Palestrantes que expuseram suas experiências e dividiram ensinamentos, assim como ao corpo de apoio da Escola de Guerra Naval que proveu o apoio necessário para que os Oficiais-alunos do Curso de Política e Estratégia Marítima (CPEM) 2018 pudessem dedicar-se aos afazeres acadêmicos.

Por fim, agradeço à Força Aérea Brasileira, à Marinha do Brasil e à Escola de Guerra Naval pela oportunidade de realizar um curso de elevada qualidade, de fazer novos amigos e de conviver com um grupo tão dedicado de oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como dos Engenheiros Navais civis e do Representante da ANTAQ.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a participação da Marinha do Brasil em apoio à política externa brasileira na construção da segurança coletiva no Cone Sul, ressaltando as ameaças e oportunidades decorrentes. A América do Sul é um espaço livre de conflitos de grandes proporções, porém ainda apresenta um cenário de dificuldades em relação aos crimes ligados à corrupção, contrabando de drogas e armas e crimes transfronteiriços, o que possibilita a interferência de atores internacionais e enfraquece a União Sul-Americana e o conseqüentemente atrasa o desenvolvimento da região, especificamente do Cone Sul. O Cone Sul é rico em biodiversidade, recursos naturais e hídricos, agronegócio e produção de energia, especificamente, no caso do Brasil, em águas do oceano Atlântico, sendo que essa riqueza gera uma cobiça internacional e põe em risco a soberania dos países, reforçando a necessidade de uma ação conjunta e interconectada dos Estados. O trabalho é suportado à luz de pensadores do desenvolvimento da política e do poder, principalmente nas pessoas de Keohane e Nye, com foco na interdependência complexa e de Deutsch, um teórico da construção das comunidades de segurança. São descritas as características das operações da MB para contribuição na construção de uma mentalidade de Defesa no Cone Sul, bem como as atividades práticas em curso para desenvolvimento de tecnologia, fomento a indústria e proteção das riquezas, abrangendo as águas interiores e exteriores. Conclui-se que a MB necessita ampliar a conquista de corações e mentes, divulgando a obrigação nacional de investir em uma Marinha equilibrada e balanceada, que é responsável por proteger nossas riquezas, principalmente as energéticas, riquezas estas que são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e do Cone Sul, buscando sempre a integração na América do Sul, maximizando as oportunidades e eliminando as ameaças.

Palavras-chave: Marinha do Brasil, Política Externa Brasileira, Comunidade de Segurança, Segurança Coletiva e Cone Sul.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the participation of the Brazilian Navy in support of Brazilian foreign policy in the construction of collective security in South America, highlighting the threats and opportunities arising. South America is a major space without conflict, but it still presents a scenario of difficulties in relation to crimes related to corruption, drug and arms smuggling and cross-border crimes, which allows interference by international actors and weakens the union. The Southern Cone is rich in biodiversity, natural and water resources, agribusiness and energy production, specifically in the case of Brazil, in waters of the Atlantic Ocean, and is consequently slowing down the development of the region, specifically the Southern Cone. That this wealth generates international greed and jeopardizes the sovereignty of countries, reinforcing the need for joint and interconnected action by States. The work is supported in the light of thinkers of the development of politics and power, mainly in the people of Keohane and Nye, focusing on complex interdependence and of Deutsch, a theorist of the construction of security communities. The characteristics of the MB operations to contribute to the construction of a Defense mentality in the Southern Cone are described, as well as the practical activities in progress for technology development, industry promotion and protection of the richness, covering the interior and exterior waters. It is concluded that MB needs to expand the conquest of hearts and minds, spreading the national obligation to invest in a balanced Navy, which is responsible for protecting our wealth, especially energy, which are fundamental for the development of Brazil and the Southern Cone, always seeking integration in South America, maximizing opportunities and eliminating threats.

Keywords: Brazilian Navy, Brazilian Foreign Policy, Security Community, Collective Security and Southern Cone.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Limites da plataforma continental brasileira	19
FIGURA 2	Linhas de Comunicação Marítima (LCM)	20
FIGURA 3	Área marítima englobando a Amazônia Azul e a Elevação de Rio Grande	44
FIGURA 4	Revoluções tecnológicas no mundo	46
FIGURA 5	Áreas de vigilância e monitoramento no Brasil	49
FIGURA 6	Cenário geopolítico no Atlântico Sul	54
QUADRO 1	Aspecto 1 - Biodiversidade, recursos hídricos e ecossistemas	43
QUADRO 2	Aspecto 2 - Forças militares, instabilidade política, narcotráfico e migrações internas e externas	48
QUADRO 3	Aspecto 3 - Petróleo e questões de fronteira (Cone Sul)	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN	Ações Estratégicas Navais
AFA	Academia da Força Aérea
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ARP	Aeronave Remotamente Pilotada
BID	Base Industrial de Defesa
C,T&I	Ciência, tecnologia e informação
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CF	Constituição Federal
CIAW	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSNU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica
DGDNT	Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha
EMA	Estado-Maior da Armada
EN	Estratégia Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
IEAPM	Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira
IME	Instituto Militar de Engenharia
IPqM	Instituto de Pesquisas da Marinha
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	<i>International Seabed Authority</i>
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	Linhas de Comércio Marítimo
LEPLAC	Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MB	Marinha do Brasil

MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OBNAV	Objetivo Naval
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PEM	Plano Estratégico da MB
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PIM	Protocolo de Intenções Mútuas
PMN	Política Marítima Nacional
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PND	Política Nacional de Defesa
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIsGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
TEC	Tarifa Externa Comum
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1	Características marítimas no Cone Sul.....	18
2.2	Política do poder.....	24
2.3	Teoria da Comunidade de Segurança.....	27
2.4	Teoria da Interdependência Complexa.....	30
2.5	Visão brasileira em prol da Comunidade de Segurança no Cone Sul.....	32
3	CENÁRIO PANORÂMICO NO CONE SUL DA AMÉRICA DO SUL...	35
3.1	Segurança Coletiva no Cone Sul.....	35
3.2	Comunidade de Segurança no Cone Sul.....	38
4	ANÁLISE DO AMBIENTE ESTRATÉGICO NO CONE SUL.....	41
4.1	Riquezas Naturais.....	42
4.2	Ameaças Transfronteiriças.....	47
4.3	Recursos Energéticos.....	52
5	DESAFIOS PARA A MARINHA DO BRASIL.....	59
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores, de forma singular ou conjunta, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua Missão (BRASIL, 2017a).

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 142, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Os interesses nacionais são continentais, pois o Brasil, com 8.515.767 km² e 207 milhões de habitantes, está entre os cinco maiores e mais populosos países, junto com o Canadá, a China, os Estados Unidos, Índia, Indonésia e a Rússia. Existe fundamentalmente um litoral aberto, de fácil abordagem, com 7.491 km e, ainda as baías, rios, enseadas e ilhas para monitorar.

Segundo Mahan (1894), um dos aspectos essenciais para a sustentação do Poder Marítimo é uma forte economia, com capacidade de produzir bens e serviços para a troca, impulsionando o desenvolvimento do País. Nesse sentido, para o correto delineamento da importância das atividades da Marinha do Brasil (MB) relacionadas à Política Externa, faz-se fundamental dimensionar os interesses comerciais e o potencial de negócios de cada país relacionado com as atividades estratégicas navais (CHAIB et al, 2017, p.60).

A criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, foi um passo importante para um novo modelo de políticas para o setor de defesa nacional, que passou a ser implementado de forma mais integrada e democrática.

A Política de Defesa Nacional (PDN), formulada inicialmente em 1996, atualizada em 2005 e, atualmente, em processo de revisão, porém com o nome de Política Nacional de Defesa (PND), estabelece as bases de conhecimento que fornecem direção às ações do Estado, visando proteger o país contra ameaças externas.

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2016c, p. 21) afirma, em um de seus fundamentos, que sem desconsiderar a esfera global, estabelece-se como área prioritária de interesse o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul e o Atlântico Sul.

Com relação à avaliação do ambiente internacional, a PND (BRASIL, 2016c, p.18) apresenta a América do Sul e o Atlântico Sul como detentores de recursos naturais, tais como biodiversidade, ecossistemas, petróleo e outros, em um mundo já necessitado desses produtos, podendo ocorrer conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas, com eventual militarização da região.

A globalização e a crescente interdependência entre os países, a revolução tecnológica e o comércio internacional ocasionaram avanços para uma parte da população mundial. Em contrapartida, a criação de blocos acirrou a competição de mercado entre grupos de países. Os países em desenvolvimento possuem o desafio de sua introdução positiva no mercado mundial, de fomento do crescimento interno e de aplicação da justiça social.

Atenção especial, no processo de desenvolvimento, deve ser direcionada para a questão ambiental, sem, no entanto, degradar as oportunidades de crescimento interno. Países detentores de grande biodiversidade, reservas naturais e áreas ricas em ecossistemas, vegetação e fauna para serem incorporadas ao sistema produtivo são objeto de interesses, positivos e negativos, no âmbito internacional.

O conceito de Amazônia Azul foi apresentado pelo Comandante da Marinha, querendo referir-se a área para além do litoral e das ilhas oceânicas, e que corresponde a metade da su-

perfície do Brasil. Essa extensa área Azul compara-se à Verde, da Amazônia, pelo tamanho e biodiversidade, muitas vezes ignorada por boa parte dos brasileiros, abrangendo a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, que são pleiteadas pelo Brasil por meio de tratados internacionais (VIDIGAL, 2006, p. 18).

No mar, a ZEE brasileira, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,54 milhões de km². A área em questão, somada aos cerca de 960 mil km² de plataforma continental (PC), situados além das 200 milhas náuticas e reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfaz um total aproximado de 4,5 milhões de km². Essa extensa área oceânica delimita o que se denomina “Amazônia Azul”, que é adjacente ao continente e corresponde a aproximadamente 52% da área continental brasileira (BRASIL, 2016b, p. 24).

Para que ocorra o desenvolvimento nacional é fundamental o domínio de tecnologias sensíveis, principalmente nos setores estratégicos (MCTI, 2011, p.13) ligados ao espaço, a biotecnologia e a área nuclear, além da proteção cibernética.

A interligação da infraestrutura dos países da América do Sul, mesmo com a preocupação com o meio ambiente, pode concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os oceanos Atlântico e Pacífico, potencializando o desenvolvimento e a integração no Cone Sul.

O mar está intimamente ligado com o progresso do Brasil e da região, basta relembrar o descobrimento das Américas. A vocação marítima é claramente suportada pelo extenso litoral e pela importância estratégica da América Sul.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar aponta para a possibilidade de os países litorâneos estenderem os limites da sua Plataforma Continental e exercerem o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância, devendo para isso realizar os levantamentos morfológicos correspondentes.

Ainda que a América do Sul, segundo a PND (BRASIL, 2016c, p.21), seja uma das regiões mais estáveis e pacíficas do mundo, não se pode desconsiderar a possibilidade de tal si-

tuação modificar-se, de sorte que o Brasil poderá ver-se compelido a contribuir para a solução de eventuais controvérsias econômicas regionais ou mesmo para defender seus interesses, devendo proteger integralmente sua população.

A PND (BRASIL, 2016c, p.29) em seu OND-5 (objetivo nacional de defesa), que trata da contribuição do Brasil para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacional, busca promover a integração regional, visando à consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito da América do Sul, buscando-se incrementar o comprometimento dos países da região, nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), também em processo de atualização, foca sua estrutura em ações de médio e longo prazos (BRASIL, 2016a, p.125), ampliando e fortalecendo a capacidade de defesa do país de forma palpável.

A concepção estratégica de defesa do Brasil, prevista na END (BRASIL, 2016a, p. 137) prevê a prioridade na ação diplomática, em tempo de paz ou de crise, em que será buscado o entendimento para eventuais divergências, observando-se o suporte do direito internacional e os acordos firmados pelo país. As atitudes do Setor de Defesa, constituído pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, contribuem para o objetivo da diplomacia ao interagirem com as contrapartes de outros países, elevado-se a confiança mútua.

A Defesa Nacional fornece substância à Segurança e atua em consonância com a política brasileira de procurar a solução das controvérsias entre os países de forma pacífica, resguardando o uso da força por intermédio da Expressão Militar do Poder Nacional somente quando, ameaçados os interesses nacionais e findadas as possibilidades de negociação, sempre focados na preservação da soberania, da integridade territorial e dos interesses nacionais.

O governo brasileiro tem trabalhado constantemente na elaboração e atualização do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), que visa dar publicidade e transparência dos ru-

mos da Defesa Nacional para os próximos anos de forma democrática, lastreado por um amplo debate junto à sociedade civil.

Neste trabalho, foram trilhados os caminhos da pesquisa científica qualitativa, através da análise subjetiva de documentos e normas da MB; foi consultada a literatura quanto ao processo histórico de formação e integração política e diplomática da América do Sul e também buscou-se olhar para o presente e para o futuro, investigando os desafios para a construção de uma comunidade de segurança coletiva no Cone Sul da América do Sul, com suas oportunidades e ameaças.

Primeiramente, foi feita uma descrição da história recente da formação da América do Sul com seus fatos mais importantes e ligados a diplomacia, conflitos, dificuldades do continente, fruto de uma pesquisa bibliográfica.

A diplomacia no Cone Sul América do Sul sempre esteve muito voltada para uma relação de dependência com os EUA, que especificamente via no Brasil e na Argentina os grandes líderes da região, tratando de manter estes dois atores sempre em disputa, adiando a união da América do Sul e, especificamente, do Cone Sul em décadas, tudo parte de um raciocínio estratégico para influenciar a região. A partir de 1985, principalmente em razão do conflito entre Argentina e Reino Unido (1982), houve a aproximação destes dois gigantes do Cone Sul o que impulsionou uma série de ações que culminaram com a criação do Mercosul que busca fortalecer o bloco sul-americano de forma a obter voz ativa no cenário internacional e prover segurança para o Cone Sul.

Ainda foram estudados documentos nacionais, ligados ao Poder Naval e ao Ministério da Defesa, este último como órgão indicador das metas a serem atingidas pelo Poder Militar. Com relação ao Poder Naval, foram apresentadas as características das metas e dos objetivos do Poder Naval Brasileiro, que buscam desenvolver e fortalecer a MB, sempre em conjunto

com a Base Industrial de Defesa (BID) e os centros de pesquisa e desenvolvimento, para o cumprimento da missão constitucional de proteger as riquezas nacionais, principalmente aquelas ligadas a biodiversidade e energia, pois com a vasta extensão litorânea, a produção de petróleo no mar e a capilaridade de rios que cortam nosso território, não existe componente militar tão propenso a estar presente e vigilante nestes espaços interiores e AJB.

Mostrou-se também as iniciativas do MD para promover encontros de pensadores nas diversas áreas do conhecimento e ramos de atividades, confeccionando cenários prospectivos, todos atentos com o futuro do Cone Sul da América do Sul e do Brasil, de forma a vislumbrar as oportunidades e ameaças para futuro, logicamente nos forçando a agir hoje para que se possa estar pronto para todos os desafios que se apresentarem.

Ainda, foram expostos alguns conceitos da literatura basilar sobre Poder Inteligente, Poder Duro, Poder Brando, segurança coletiva, interdependência complexa, MERCOSUL, UNASUL e CDS que visam demonstrar a característica de potência regional do Brasil, responsável pela condução de um fortalecimento das estruturas internas para legitimar a liderança frente aos desafios do Cone Sul.

De forma a embasar o trabalho com conhecimento teórico de referência foi realizada uma apresentação das ideias mais aprofundadas e baseadas em pesquisa bibliográfica de pensadores sobre o desenvolvimento da política e do poder, principalmente nas pessoas de Keohane e Nye, com foco na interdependência complexa e de Deutsch, um teórico da construção das comunidades de segurança. Esse aprofundamento bibliográfico objetivou contextualizar o pensamento teórico sobre a interdependência complexa e a criação de comunidades de segurança que tem evoluído e contribuído para a maior interconexão entre Estados e organizações transnacionais e a segurança coletiva regional. Quanto à interdependência complexa foi verificado em leitura de livros e artigos que os Estados são atores fundamentais no processo das re-

lações internacionais, porém surgem novos atores que influenciam de forma significativa o processo de negociação, geralmente estes atores são organizações internacionais e transnacionais com influência muito forte e ligações políticas e econômicas solidificadas ao longo do tempo que inviabilizam ou dificultam o uso em sua plenitude da dimensão militar e trazem para o tabuleiro de decisões a análise de sensibilidades ou vulnerabilidades que antes não possuíam um peso tão representativo.

Em seguida foi investigado o Planejamento Estratégico da Marinha do Brasil (PEM) e sua influência na projeção do Poder Naval em apoio a política externa brasileira, tendo para isso descrito os objetivos estratégicos navais do PEM e identificado as características do Poder Naval, através de uma investigação de documentos normativos. Dessa forma, analisando todas as Ações Estratégicas Navais (AEN) positivadas e suas atribuições, confirma-se que o PEM pauta-se, em sua maior parte, na aplicação do poder brando, com 67% de suas atividades voltadas para o apoio da política externa com vias diplomáticas, porém não deixa de prever a preparação do poder duro, com 33% das AEN voltadas para desenvolvimento do poder naval tradicional, com aquisição de meios bélicos marítimos e aéreos para a defesa do Brasil, com condições de projeção de poder externamente. Essa proporção foi confirmada pelo Almirante de Esquadra Küster, Comandante do Comando de Operações Navais, em palestra na EGN, no mês de Julho, corroborando que 75% das atividades da MB são voltadas para emprego limitado da força (50%) e atividades benígnas (25%) e 25% para o emprego do poder naval.

No desenvolvimento do trabalho foi realizada uma investigação bibliográfica dos cenários prospectivos futuros, buscando-se, por meio de uma análise SWOT¹, inferir oportuni-

¹ SWOT é a sigla dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Em administração de organizações, a análise SWOT é um importante instrumento utilizado para planejamento estratégico que consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) da organização, sendo utilizada para análise ambiental.

dades e ameaças frente a um mundo globalizado, interdependente e complexo, que apresenta muitos desafios para o Brasil e o Cone Sul. Foram examinadas as oportunidades e ameaças da MB relacionadas ao apoio a política externa brasileira na construção de uma comunidade de segurança com foco na segurança coletiva no Cone Sul da América do Sul, baseando-se também nas perspectivas do MD e do Brasil para um cenário visualizado para 2035.

A análise e interpretação dos dados foi realizada de forma a conectar o conhecimento levantado no PEM, os pensadores de referência e a influência na política externa brasileira, sendo possível vislumbrar oportunidades e ameaças que podem ser otimizadas e trabalhadas, respectivamente, para que seja possível prestar o apoio necessário para a formação de uma comunidade de segurança no Cone Sul da América do Sul, fruto do melhor aproveitamento e exploração das riquezas nacionais de cada país, bem como elevar a capacidade de negociação externa e a dissuasão coletiva contra atores externos mais fortes quando comparado com os países separadamente, mas que reflitam criteriosamente na consequência de suas ações, caso visualizem a resposta conjunta por parte de um bloco sul-americano coeso e com objetivos comuns de desenvolvimento regional.

Enfim, foram formuladas as considerações finais, fruto das análises e investigações das informações bibliográficas e pesquisas exploratórias, realizando um retrospecto dos assuntos mais relevantes, da motivação e importância da pesquisa, das limitações encontradas e das oportunidades e ameaças para a MB frente aos desafios que se apresentam de forma regional e global, desafios estes que estão baseados nas forças e fraquezas da região, intimamente ligadas à biodiversidade, à energia e à tecnologia que rompem com a ordem mundial e projetam o Cone Sul como ator global, participante ativo e pacífico das relações internacionais.

Justifica-se o trabalho tendo em vista a influência do Cone Sul no cenário internacional, como grande exportador de produtos e detentor de recursos energéticos, capazes de gerar desenvolvimento regional, devendo estas riquezas serem protegidas por uma MB bem estruturada.

A relevância deste trabalho consiste da análise dos resultados obtidos, focados nas oportunidades e ameaças resultantes da política externa brasileira na construção de uma comunidade de segurança com foco na segurança coletiva no cone sul da América do Sul, sendo o objetivo principal deste trabalho analisar os desafios para a MB em apoio construção a segurança coletiva na área do Cone Sul da América do Sul.

Tendo apresentado os principais aspectos históricos da criação e desenvolvimento do Cone Sul da América do Sul, as relações existentes entre os países, as possibilidades de crescimento integrado e a metodologia, faz-se necessário aprofundar o conhecimento dos conceitos e teóricos existentes que formulam ideias sobre as comunidades de segurança, os poderes envolvidos e as novas interdependências existentes.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Características marítimas no Cone Sul

De forma a entender melhor as características do complexo ambiente do Cone Sul, é fundamental aprofundar nos detalhes e nos conceitos de mar territorial, zona contígua, zona economicamente exclusiva e plataforma continental brasileira.

O mar territorial abrange a área compreendida do litoral até 12 milhas náuticas, abrangendo, além do mar propriamente dito, com seu leito e subsolo, o espaço aéreo sobrejacente. Nesse espaço, a soberania brasileira é plena. A zona contígua vai a partir das 12 milhas até 24 milhas náuticas, devendo o Brasil adotar medidas que evitem e inibam as infrações às leis (MOREIRA, 2017, p.245).

A zona econômica exclusiva (ZEE) avança das 12 milhas até 200 milhas náuticas, sendo que o Brasil é soberano para explorar, conservar e gerir os recursos existentes, possuindo, ainda, exclusividade referente à investigação científica marinha, à proteção do meio marinho, e também a construção, operação e uso de todos os tipos de ilhas artificiais. A China está, em função de ocupação de espaço marítimo em sua área estratégica, realizando a construção de ilhas e a operação de meios aéreos e navais nas proximidades destas ilhas artificiais, exercendo poder em sua área de interesse (MOREIRA, 2017, p.245).

A plataforma continental (PC) engloba o leito e o subsolo marinho até a parte exterior na margem continental. O Brasil possui, nessa região, exclusividade no uso, regulamentação, proteção e exploração de riquezas, caso da elevação de Rio Grande pleiteada pelo Brasil (MOREIRA, 2017, p.245).

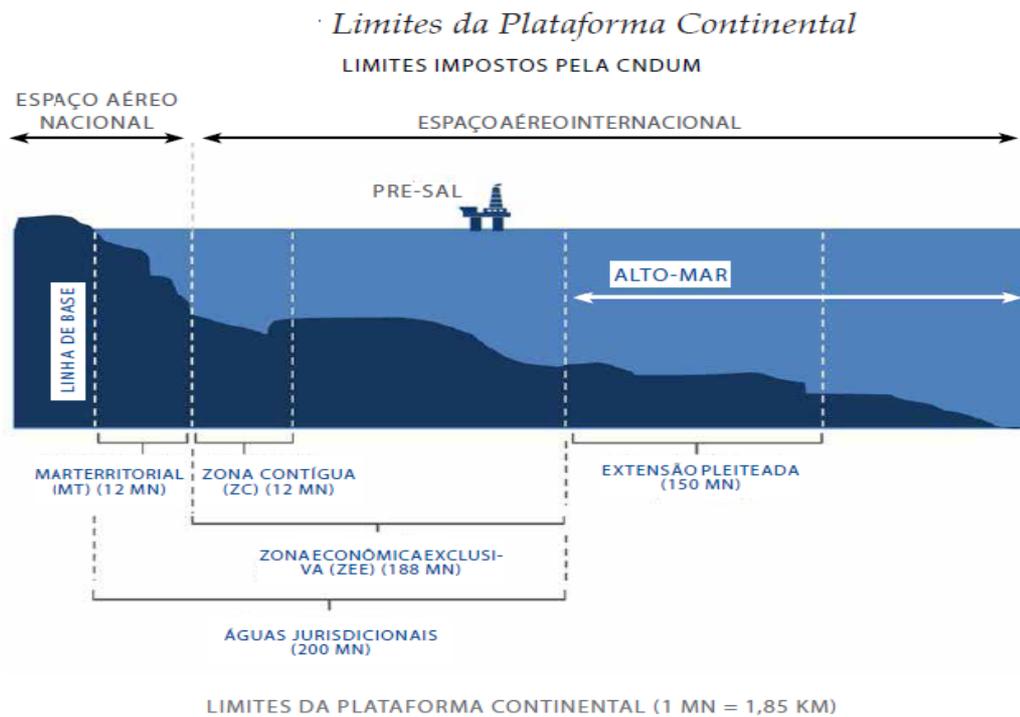


FIGURA 1: Limites da plataforma continental brasileira.
Fonte: Brasil, Livro Branco de Defesa Nacional (2016, p.39).

Nessa extensa área, representada pela FIG. 1, estão incluídas as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia, necessárias para o desenvolvimento do país, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais.

O Atlântico é uma área vital para o funcionamento do país, pois nele circula (FIG. 2) cerca de R\$ 300 bilhões/ano de riquezas que contribuem para o crescimento das divisas internas. Ainda, cerca de 95% do comércio externo brasileiro, importação e exportação, usa o Atlântico como via de escoamento. Outra informação importante é que cerca de 90% de todo o petróleo e gás do país está em zonas *offshore* do mesmo oceano. Dessa forma devemos discutir constantemente a relevância do programa de reaparelhamento das Forças Armadas, em especial da Marinha do Brasil.

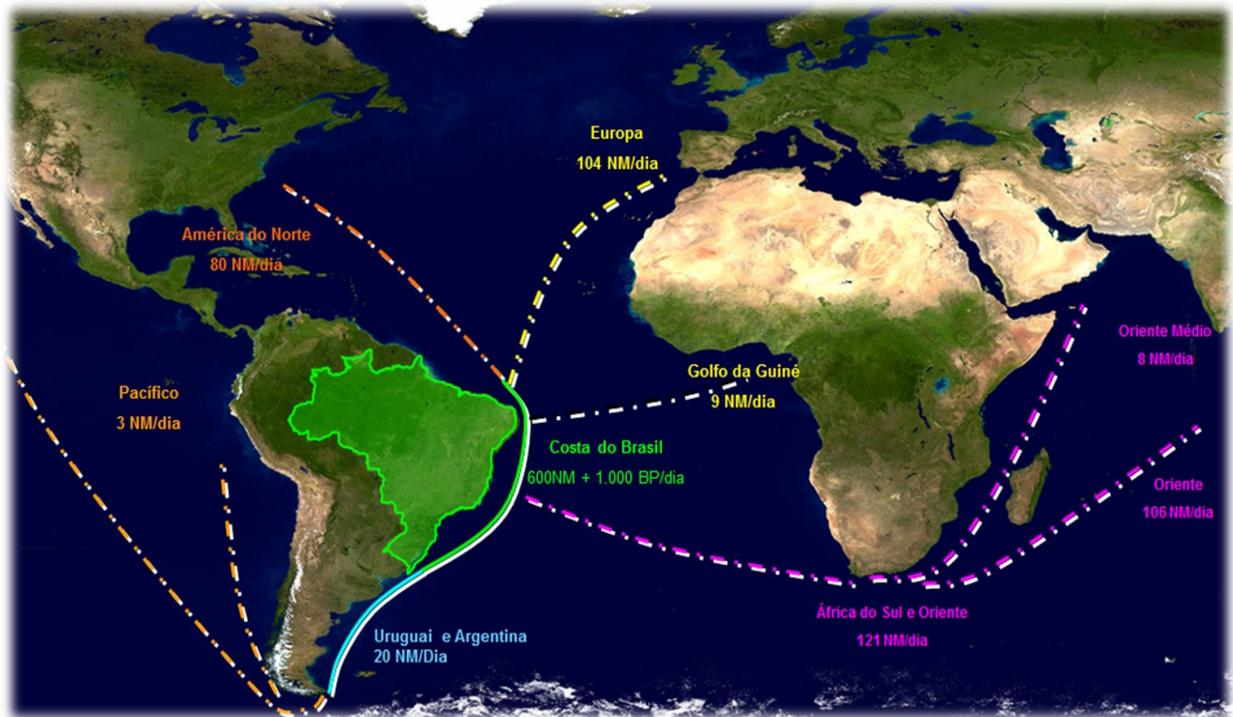


FIGURA 2: Linhas de Comunicação Marítima (LCM).

Fonte: Palestra no EMA sobre desafios e perspectivas para o século XXI (2018, p. 8).

A Capacidade de Dissuasão² é um fator essencial para a Defesa Nacional, visto que tem como missão maior desestimular agressões externas. Baseia-se nas condições que possui a Nação de usar sua capacidade de proteção e de pronta-resposta, no caso de ações hostis contra a soberania e os interesses do Brasil.

Umbilicalmente relacionada à capacidade de proteção está a capacidade de pronta-resposta, conforme a END (BRASIL, 2016a, p. 52), que inclui diversos elementos do Poder Nacional, visando prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar rapidamente uma situação deflagrada, evitando o engajamento do país em um conflito armado longo.

Precisa-se desenvolver as atividades de monitoramento e controle das águas jurisdicionais brasileiras (AJB) e de outras áreas de interesse, por sistemas informatizados e confiáveis, bem como a capacidade de pronta-resposta a qualquer ameaça identificada ou agressão.

² Segundo André Beaufre, em seu livro *Disuasión y Estrategia*, a dissuasão tende a impedir que uma potência adversa tome a decisão de empregar suas armas ou, mais genericamente, que atue ou reaja frente a uma situação dada, mediante a existência de um conjunto de dispositivos que constituam uma ameaça suficiente. Portanto, o que se busca com essa ameaça é um resultado psicológico.

O aumento substancial das ocorrências de atos ilícitos no mar, na forma de pirataria, tráfico de pessoas e de drogas, contrabando, pesca ilegal, crimes ambientais e outros reforçam a presença estatal nos mares. Sendo assim, o Poder Naval deve possuir meios capazes de detectar, identificar e neutralizar ações que representem ameaça nas AJB, e manter a segurança nas LCM sempre que houver interesse nacional, nos termos do direito internacional.

Segundo a END (BRASIL, 2016a, p. 70), a MB buscará atuar como uma Força balanceada entre os seus componentes de superfície, submarino, anfíbio e aéreo, privilegiando a mobilidade. Isso permitirá aumentar a flexibilidade com que se persegue o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima: a dissuasão contra qualquer concentração de forças hostis nas águas de interesse nacional.

Ainda, a Força Naval de superfície deverá contar com navios de grande calado, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto-mar. Da mesma forma será quando operando com navios de menor porte, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios brasileiros. Deverá contar também com navios de apoio logístico móvel, necessários a fornecer a devida mobilidade para a Força Naval em áreas específicas. Deverá ser dedicada especial atenção à obtenção de navios de propósitos múltiplos e também de navios aeródromos.

Para assegurar a tarefa de negação do uso do mar, o Brasil deverá contar com uma força naval submarina robusta, possuindo submarinos de propulsão nuclear e de propulsão convencional. Interagirá permanentemente com órgãos de pesquisa de forma a obter tecnologias cibernéticas que guiem os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes capacitem na defesa centrada em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas.

A MB deverá fortalecer a capacidade de dissuasão brasileira com ações estratégicas de defesa, visando desenvolver e aprimorar as condições para afastar qualquer ação hostil contra

a soberania nacional. Dessa forma, o País deve possuir Forças Armadas em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões.

A Doutrina Monroe, América para os Americanos, proferida em 1823, deixou claro que o continente americano não deveria aceitar nenhum tipo de intromissão europeia na região sobre quaisquer aspectos. A doutrina estava baseada em três princípios básicos: a não criação de novas colônias ao longo do continente, a intolerância à interferência de nações europeias em questões internas e a não participação norte-americana em conflitos envolvendo países europeus.

O Brasil e o mundo passaram por transformações ao longo do tempo e principalmente no final do século XX no que diz respeito à Guerra Fria e seus atores e problemáticas que compõem o cenário da segurança internacional. O fim da Guerra Fria (1989) trouxe a perspectiva de uma paz duradoura, entretanto a pirataria, a destruição do meio ambiente e a escassez de combustíveis e insumos passaram a representar um papel cada vez mais importante no concerto das Nações.

Observa-se nos parágrafos anteriores que a luta de forças no cenário internacional está ligada à busca pelo poder político e que tem uma lógica em si mesma, de modo que, no plano internacional, a inexistência de uma força superior que subjuguie os Estados a um único poder é o elemento provocador de anarquia no Sistema Internacional, diferentemente do que ocorre dentro de um Estado soberano.

A segurança no mundo, depois do fim da Guerra Fria, transcende os aspectos somente militares, pois conflitos entre Estados tornaram-se cada vez menos constantes, dando lugar a fatores como terrorismo, guerras civis e guerras religiosas. Muitas destas guerras são consequência da erosão do Estado (ALVARENGA 2005, p.62 apud MAGALHÃES, 2012, p. 93) que por motivos diversos deixam de possuir o monopólio do uso da força.

A integração na América do Sul é um objetivo constitucional brasileiro (BRASIL, 1988, Art. 4º, parágrafo único), que tem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) como seus propulsores. O Brasil não busca gerar antagonismos e conflitos com os vizinhos, podendo comprometer a projeção própria ou enfraquecendo a região nas disputas com potências externas. A cooperação militar com os países vizinhos possui uma importância estratégica na obtenção das metas previstas na UNASUL, sendo possível criar uma reputação de profissionalismo e capacidade militar, contribuindo para a dissuasão nos aspectos psicológicos e materiais.

A solução pacífica de conflitos é a opção majoritária no cenário internacional no momento, mas, ao mesmo tempo, os países que possuem liderança nesse cenário são os mesmos que estão preparados para empregar seu poderio militar.

O Brasil, em 2008, contribuiu para criar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), no âmbito da UNASUL. O CDS busca consolidar a América do Sul como zona de paz, construir uma regionalidade em defesa e produzir consensos para fortalecer a cooperação regional. Está estruturado em quatro eixos: a) políticas de defesa; b) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; c) indústria e tecnologia de defesa; e d) formação e capacitação (D'ARAÚJO, 2010, p. 98). O CDS visa tratar os problemas de defesa da região sob aspectos sul-americanos, afastando a intromissão de potências e órgãos extrarregionais.

A parte sul da América (TEIXEIRA, 2011) experimentou relativa paz durante os duzentos anos de independência, sendo que os conflitos que ocorreram entre os países sul-americanos tiveram menor intensidade do que outros ocorridos em áreas de elevada disputa no mesmo período. Os maiores conflitos da América do Sul, envolvendo países que compõem a região foram: a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Guerra do Chaco (1932-1935), a Guerra do Pacífico (1941-1945) e a Guerra das Malvinas (1982). Demais conflitos que aconteceram na

região foram bastante limitados, principalmente, devido às condições econômicas e de equipamentos para sustentar uma guerra de maior proporção.

O Cone Sul é de suma importância frente aos desafios internos e externos e também tendo em vista a contribuição da Marinha do Brasil para nosso país se firmar como potência regional na América do Sul e ser capaz de exercer seu poder inteligente.

No atual sistema internacional, uma das opções para o Brasil atingir um maior perfil estratégico é desenvolver a expressão militar (GONÇALVES, 2005) do poder e colocá-la à disposição dos esforços da comunidade internacional para resolver conflitos e salvaguardar os direitos humanos.

O Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2016b, p. 51) descreve que as políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE).

Sendo o país com maior costa atlântica (LBDN, 2016b, p. 38) e possuidor de diversos rios interiores, o Brasil tem especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul.

2.2 A política do poder

A política externa do Estado brasileiro, tradicionalmente, tem orientado a diplomacia brasileira nos princípios da não intervenção, respeito à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos de outros países e solução pacífica de controvérsias. A política externa brasileira, tradicionalmente, resiste à ideia de usar a força para resolver as controvérsias no plano internacional (BRASIL, 1988, Art. 4º).

A política de poder é a força motriz que leva os Estados a buscar mais influência em relação aos Estados concorrentes, gerando uma espécie de luta constante na qual os interesses estatais giram em torno da obtenção de cada vez maior força.

A arena da luta pelo poder na qual os Estados realizam suas relações com outros Estados carece de regras que obriguem os Estados a determinado comportamento, posto que lutam com a mesma legitimidade em busca de poder político preponderante, e pode-se vislumbrar nessa direção uma ideia de anarquia.

Nye (2012, p.14) afirma que o poder inteligente (*smart power*) é a combinação do poder duro (*hard power*) da coerção e do poder brando (*soft power*) da persuasão, referindo-se a habilidade de combinar poder duro e poder brando em estratégias efetivas e em variados contextos. Define ainda o poder brando como a capacidade de afetar outros, utilizando meios cooptativos de ajuste de agenda e produção de atração positiva para obtenção dos resultados preferidos. O poder duro pressupõe coerção física competente e uso de efetivos, armas, táticas de guerra e sanções econômicas. Exemplificando, as forças navais podem ser usadas para vencer batalhas (poder duro) ou conquistar corações e mentes, quando participam de missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) (poder brando).

Nye (2012, p.16) afirma que o poder no mundo está distribuído em uma forma de xadrez tridimensional, onde uma das dimensões é o poder militar, atualmente liderado pelos EUA, mas que tem a China e a Índia em fase de elevação de poder. Outra dimensão é o poder econômico, que há bastante tempo é multipolar, tendo os EUA somado a União Europeia, Japão e China atuando de forma constante. A última dimensão é o poder das relações transnacionais, que está relativamente fora do controle dos governos e é suportada por entes não estatais e transnacionais. Esta última dimensão tem crescido de atividade e muitas vezes torna-se fora de controle até mesmo para os Estados mais capacitados.

Os líderes mundiais cada vez mais têm que estar atentos ao contexto internacional de forma a captar as tendências e potencializar ações de forma estratégica para converter recursos em poder.

Nye (2012, p.29) afirma que um país poderoso deve possuir população grande, território, recursos naturais, solidez econômica, força militar e estabilidade social. Entretanto, para que este poder torne-se real deve-se definir uma política alinhada a um contexto e especificar por meio de metas quem consegue o quê, como, quando e onde.

Existem três faces do poder relacional entre Estados, a primeira usa ameaças ou recompensas para mudar o comportamento do outro contra suas próprias preferências e ameaças, sendo percebida claramente a intenção do ameaçador. A segunda face controla a agenda das ações de uma maneira que limita as escolhas de estratégias do outro e a terceira molda e cria crenças, percepções e preferências no outro, sendo as duas últimas faces mais difíceis de serem percebidas, conscientemente, quando orquestradas pelo influenciador.

A política mundial, na qual não há governo com autoridade internacional mais alta que os Estados, parte do princípio de que os Estados devem confiar em seus próprios meios internos para garantir sua independência, pois quando a pressão começa a aumentar o uso da força militar será inevitável.

Nye (2012, p. 46) afirma que é sempre necessário um correto e contextualizado emprego do poder duro e do poder brando, porém reforça que se tivesse que escolher entre um e outro optaria pelo poder duro. Os recursos militares devem ser usados para combater e destruir com uso de armas, efetivos e táticas, apoiar a diplomacia coercitiva, baseada em credibilidade e capacidade, prometer proteção, manutenção da paz, fruto de alianças e confiança e diversas formas de assistência, treinando e organizando capacidades.

2.3 Teoria da Comunidade de Segurança

Há, atualmente, reflexo da globalização e da maior dependência comercial e econômica, grupos de Estados que não cogitam usar a violência entre si para resolverem suas diferenças, cujos estudos orientam-se pela teoria de comunidades de segurança.

Quanto mais integrados são os povos de uma região, menos provável se torna um conflito entre seus Estados. Diante das evidências (DEUTSCH, 1969, p. 156 apud MAGALHÃES, 2012, p. 82) conclui-se que a integração é a solução mais efetiva para eliminar possibilidades de guerra em uma região, com a criação das comunidades de segurança.

Nesse sentido, presume-se que a ação estatal (DEUTSCH, 1969, apud MAGALHÃES, 2012, p. 83) também pode promover a convergência de identidades entre Estados-Nação. O sentimento de Nação é construído via interação social, assim como existe o sentimento de lealdade transnacional evidente em comunidades políticas compostas por mais de um Estado-Nação.

Quando existe uma comunidade de segurança, pode-se dizer que há uma relação bastante madura em termos de preocupação com a segurança. A convivência entre Estados aumenta à medida que uma maior integração ocorre e um sentimento de comunidade passa a fazer parte da coletividade, alcançando até mesmo os tomadores de decisão.

A formação destas comunidades de segurança necessita de tempo para estabilização e geralmente passa por um processo gradual de maturação, gerando lentamente uma modificação na cultura e nos valores coletivos, porém criando, a longo prazo, uma sensação de pertencimento a comunidade, deixando de existir o “eles” e passando a existir o “nós”.

Em uma comunidade de segurança ocorre a interação de pessoas de forma constante, a interpretação de normas e regras no mesmo caminho, o compartilhamento de valores,

pensamentos, realidades sociais e expectativas, tudo isso baseado em direitos e deveres comuns. Observa-se a cooperação como fundamental neste processo de pertencimento, gerando fluxos de todos os tipos entre as instituições, nos campos científico, militar, político, artístico, financeiro entre outros.

Uma comunidade de segurança é

um grupo de pessoas que se tornou “integrado”. Por integração, queremos dizer o alcance, em um território, de um “sentimento de comunidade” e de instituições e práticas fortes e disseminadas o suficiente para assegurar, por um “longo” período de tempo, expectativas confiáveis de “mudança pacífica” entre sua população. Por “sentimento de comunidade”, nos referimos à crença de uma parte de indivíduos em um grupo que chegou a um acordo ao menos no seguinte ponto: que problemas sociais comuns devem e podem ser resolvidos por processos de “mudança pacífica”. Por “mudança pacífica”, nos referimos à resolução de problemas sociais, normalmente por procedimentos institucionalizados, sem o uso de força física em larga-escala (DEUTSCH, 1969, p.5).

As comunidades de segurança podem ser do tipo fundidas (“*amalgamated*”), caracterizadas pela fusão política formal dos seus membros, e comunidades de segurança pluralistas (União Europeia), em que os Estados conservam a sua independência e soberania. Para a pesquisa das políticas de segurança da Argentina, do Brasil, Uruguai, Paraguai e do Chile, países membros do Cone Sul, o tipo de comunidade de segurança cabível é o pluralista (FLAMES, 2005, p. 223).

Adler e Barnett (1998, p. 29-65 apud FLAMES 2005, p. 224) desenvolveu um modelo heurístico, em que classifica a evolução típico-ideal de uma comunidade de segurança em três fases: nascente, ascendente e madura.

O Cone Sul (FLAMES, p.224) está na fase ascendente, que se caracteriza por um fortalecimento dos vínculos, pelo surgimento de novas instituições e organizações e pela coordenação e colaboração das Forças Armadas dos Estados que cooperam entre si. Perdem importância as ressalvas mútuas e os respectivos cenários de ameaça, pois o atual cenário indica aumento de confiança, troca de informações de inteligência e decisões militares que se integram e se complementam.

Quanto à integração das comunidades, observa-se que o Cone Sul é do tipo parcialmente integrado (BARNETT, 1998 apud MAGALHÃES, 2012) pois existem propriedades mínimas comuns e expectativas de mudanças e convivência pacífica, não havendo previsão de atividades bélicas entre os Estados. Neste nível de integração observa-se: a) o multilateralismo, focado na solução de controvérsias e no gerenciamento dos interesses, observando a demanda de todos os Estados; b) fronteiras não fortificadas, havendo confiança na solução pacífica dos conflitos; c) planejamento militar voltado para o apoio conjunto aos Estados em defesa da comunidade e não investimento isolado em armas que trazem instabilidade; d) definição de ameaças comuns, gerando um efeito sinérgico de comprometimento e elevação da estabilidade na região; e e) discurso comunitário direcionado para perspectivas semelhantes em relação aos valores de democracia e direitos humanos de forma alinhada.

O próximo passo para uma comunidade de segurança mais integrada seria avançar para uma segurança cooperativa, em que a confiança mútua é fortalecida e a comunidade interage de forma unida para tratar de problemas endógenos e adota uma solução institucional e pacífica para negociar ações relativas a problemas exógenos. Também é importante a atuação das forças militares de forma integrada e coordenada, com muita troca de experiências, mesmo que cada Estado tenha suas características particulares. Ainda é muito importante a coordenação política para definição de ameaças, assim como um modo padronizado e coeso de combate.

A teoria das comunidades de segurança vislumbra uma integração entre Estados com foco na paz, vendo todos os Estados como atores centrais nas relações internacionais, porém levanta a existência de outros atores importantes, como as organizações internacionais e as transnacionais. Neste contexto, da teoria das comunidades de segurança, existe um

alinhamento de ideias com o neoliberalismo, pois ambos entendem ser o Estado um ator central, porém em contato com outros atores importantes. Também existe um alinhamento, apesar da estrutura anárquica das relações internacionais, não subentendendo as relações internacionais como uma desordem e tão pouco apenas como uma rivalidade entre os Estados, sendo possível e até mesmo necessária a geração de interação e interdependência entre os Estados, promovendo a estabilidade.

Quanto maior a identidade comum entre os Estados menos eles se percebem como ameaças recíprocas. Dessa forma, os Estados veem-se positivamente e constroem a segurança na comunidade como um dever de todos, ampliando a integração.

As preocupações com segurança, certas circunstâncias econômicas e graus de cultura convergentes, quando dentro de uma visão geográfica próxima, como observa-se no Cone Sul, contribuem para a regionalização e para a busca de interesses comuns pelos Estados. Essa regionalização, com foco na segurança, contribui para a cooperação institucional e para a maior integração social, criando vínculos importantes.

2.4 Teoria da Interdependência Complexa

A teoria da interdependência complexa foi desenvolvida por Keohane e Nye, focada nas relações entre poder e interdependência em relações internacionais. Os autores observaram que instituições internacionais baseadas no multilateralismo valorizavam o mercado e as informações em substituição à problemática militar.

Para Keohane e Nye (1989), interdependência complexa implica situações de dependência mútua, não significando que exista equilíbrio entre as partes. Normalmente a interdependência é desbalanceada e, assim, as assimetrias garantiriam a um ator capacidade de influenciar as ações dos demais.

Assim sendo, mesmo que um Estado seja superior a outro em termos militares, um ataque pode gerar custos que o tornam ineficaz para alcançar o objetivo planejado. Logo, a abrangência tradicional de poder, somente baseada nas capacidades militares dos Estados, não atende à proposta de Keohane e Nye. A negociação não pode ser simplesmente deixada de lado, passando a admitir outras opções e não somente os caças, navios de guerra e soldados. O poder define-se em controle sobre o potencial de influência e conseqüentemente sobre o resultado das negociações.

Esses recursos de poder mostram-se diversos, incluindo a opinião pública, os aliados, os meios econômicos, a força e a capilaridade das organizações internacionais. Os recursos geralmente desequilibram as relações de interdependência.

Para Keohane e Nye existem três dimensões de poder, uma militar para ser usada em situações extremas contra inimigos fracos ou quando os custos podem ser baixos e outras duas não militares. A primeira não militar é a vulnerabilidade, entendida como o custo de buscar políticas alternativas, sendo usada quando constrangimentos normativos são baixos e a segunda a sensibilidade, entendida como o custo de mudança dentro das políticas existentes, sendo usada como recurso de poder no curto prazo ou quando os constrangimentos normativos são altos.

As relações são definidas como conjuntos de arranjos governamentais formais ou informais que afetam as relações de interdependência, por meio das quais os Estados regulam e controlam as relações transnacionais e interestatais. São o resultado da criação ou aceitação de procedimentos, regras ou instituições para determinados tipos de atividades (KEOHANE & NYE, 1989, p.5, 19).

Uma vez existentes, as relações internacionais deixam de ser meros reflexos dos recursos de poder dos Estados, passando a possuir autonomia. Tornam-se relevantes e afetam os

processos políticos da interdependência. Influenciam diretamente a forma como o poder potencial³ dos Estados é traduzido em resultados nas negociações, sendo fundamentais para se entender as fontes de interdependência não militares, sensibilidade e vulnerabilidade.

Dessa forma, ocorre o aumento da interdependência, fazendo com que surjam novos padrões de relações que não se limitam às interestatais. Atores políticos domésticos e transnacionais ganham, gradativamente, mais espaço nas mesas de negociações.

A interdependência complexa reconhece múltiplos canais, conectando as sociedades. Esses canais incluem relações informais entre políticos, arranjos formais de relações exteriores, ligações entre elites não governamentais e organizações transnacionais. São organizados em três vertentes: interestatais, transgovernamentais e transnacionais, esta última referindo-se aos atores da política mundial, além dos Estados.

2.5 Visão brasileira em prol da Comunidade de Segurança no Cone Sul

O expressivo aumento das atividades humanas, segundo a PND (2016c, p.17), em função dos crescimentos econômico e populacional mundiais, tem resultado na urbanização desordenada e na ampliação da busca por recursos naturais. Não se pode negligenciar a intensificação de disputas por áreas marítimas, pelo domínio espacial e por fontes de água doce, de alimentos, de biodiversidade e de energia. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a controvérsias por interesses sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados, configurando possíveis quadros de conflito.

Segundo a END (2016a, p. 133), a intensificação das ocorrências de atos ilícitos no mar, na forma de pirataria, tráfico de pessoas e de drogas, contrabando, pesca ilegal, crimes ambientais, evasão de fauna e flora e outros demandam a presença estatal nos mares e nas vias

³ O Poder Potencial é a habilidade do Estado transformar, eficientemente, sua riqueza e população em poder militar. Acessado em <https://www.defesa.gov.br>.

navegáveis. Daí decorre que o Poder Naval deve dispor de meios capazes de detectar, identificar e neutralizar ações que representem ameaça nas AJB, e manter a segurança nas LCM onde houver interesses nacionais, nos termos do direito internacional, principalmente no entorno estratégico.

Conforme consta do LBDN (BRASIL, 2016b, p.38), o Brasil tem especial interesse na paz e segurança da região do Oceano Atlântico. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes, como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. A rota do Cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também o melhor acesso marítimo à Antártica. Cumpre ressaltar, ainda, a significativa importância da vasta bacia petrolífera existente na plataforma continental brasileira, além das rotas de importação e exportação do petróleo de países da faixa equatorial do Atlântico.

Os parágrafos anteriores justificam o Plano Estratégico da Marinha que é um documento de alto nível, que visa ao planejamento de médio e longo prazos e apresenta objetivos estratégicos organizados em uma cadeia de valor, orientados pela Visão de Futuro da Força. A partir da análise desses objetivos, são elaboradas as estratégias e as ações estratégicas que contribuirão para o alcance dos objetivos descritos na PND e END. A tomada de decisão, no contexto estratégico, deve passar necessariamente pela priorização de ações, tendo em vista a necessidade de estar todo o processo alinhado com o orçamento do Estado brasileiro.

A estratégia mostra como uma organização utiliza seus pontos fortes e ajusta seus pontos fracos internamente para atingir seus objetivos, levando em consideração as oportunidades e ameaças do ambiente.

O planejamento estratégico, contínuo e cíclico, é uma ferramenta gerencial para as organizações, visto que planejar em uma organização consiste no estudo e na escolha de ações e priorização delas para se alcançar um objetivo de forma eficiente e eficaz, a partir do diagnóstico atual (cenário) da organização.

O planejamento baseado em cenários permite uma melhor percepção de informações por avaliar múltiplos futuros como segmento do passado, do presente e até mesmo do futuro.

O PEM propõe uma série de ações concretas e baseadas em documentos de alto nível do governo brasileiro, demonstrando seriedade e compromisso da MB com as estratégias nacionais de desenvolvimento do Cone Sul, criando possibilidades de avanço industrial e tecnológico para todos os países da região, os quais devem buscar preparação constante de sua capacidade produtiva para gerar oportunidades de crescimento que fortalecem a integração e a segurança coletiva da comunidade.

O Estado brasileiro busca construir, no cenário internacional, uma imagem de potência média confiável, que valoriza a convivência harmônica e pacífica dos povos, bem como respeita e incentiva a cooperação em seu entorno estratégico, contribuindo para esta visão a criação da ZOPACAS que possui como um de seus objetivos a limitação da presença e influência de potências externas na região, fortalecendo os laços de integração e confiança mútua entre os estados do Cone Sul.

3 CENÁRIO PANORÂMICO NO CONE SUL DA AMÉRICA DO SUL

3.1 Segurança coletiva no Cone Sul

A origem dos Estados do Cone do Sul da América do Sul foi similar para os países de língua espanhola, ocorrendo realmente conflitos bastante violentos para a obtenção da independência, criando uma atração natural entre os mesmos em função da cultura similar, aspectos relacionados ao processo de colonização e vínculos de rejeição ao Império Espanhol. O Brasil teve sua independência (1822) de forma bem diferente, pois a vinda da Família Real para o Brasil (1808) em consequência das Guerras Napoleônicas o promoveu a Reino Unido, tendo na sequência sido declarado Império, o que criou uma certa rivalidade entre o Brasil e os demais países do Cone Sul, principalmente pelo receio de uma expansão imperial brasileira para o oeste.

Brasil e Argentina, segundo Candeas (2005, p.19), sempre mantiveram uma rivalidade maior e disputavam a liderança da região, principalmente nos setores político, econômico e militar, criando insegurança e desconfiança dos atores ao redor, que dividiam o apoio ora a um país ora a outro, prejudicando a integração e o fortalecimento do bloco sul-americano.

Em 1982, a Argentina envolveu-se em um conflito militar com o Reino Unido pela reintegração das Ilhas Malvinas e, mesmo apoiada pelo Brasil e pelo Peru, acabou derrotada e em grande crise econômica, fato este que colaborou para uma maior aproximação com o Brasil. É importante ressaltar que, nesse conflito, os EUA apoiaram seu aliado histórico e membro da OTAN⁴, o Reino Unido, em detrimento do Tratado Interamericano de Assistência Re-

⁴ OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

cíprouca⁵ (TIAR) evocado pela Argentina, deixando clara sua posição política no sistema internacional de poder.

No ano de 1985, houve uma aproximação maior dos dois países no campo econômico, culminando com a assinatura da Declaração de Iguazu, que foi um tratado celebrado em 30 de novembro, em Foz do Iguazu, Brasil, pelos presidentes de Argentina e Brasil, respectivamente, Raúl Alfonsín e José Sarney, com o qual se lançou a ideia da integração econômica e política do Cone Sul, servindo de base para um processo que levaria ao estabelecimento do MERCOSUL.

Com a melhora das relações comerciais e políticas dos dois maiores atores da região, criaram-se as condições necessárias para a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, abrangendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, criando o MERCOSUL, que tem por meta promover a integração entre os Estados, com a livre circulação de bens, serviços e produtos, implementar uma política comercial única, harmonizar as legislações importantes, estabelecer uma TEC (Tarifa Externa Comum) e coordenar a macroeconomia.

Para a condução da política, tomada de decisões e cumprimento de objetivos e prazos estabelecidos foi criado o Conselho do Mercado Comum e para a proposição de programas de trabalho e coordenação de medidas concretas na área de macroeconomia foi criado o Grupo do Mercado Comum. O Tratado permite a adesão de outros Estados, desde que seja aprovado pelos Estados-membros, como foi o caso da aprovação do Chile em 1996. Todas essas ações buscavam um aumento da força de negociação por parte de um bloco mais coeso e também afastar os países-membros de um alinhamento automático com os Estados Unidos da América.

⁵ Assinado pelas repúblicas americanas na Conferência do Rio de Janeiro (1947), esse tratado de defesa hemisférica estabelece, basicamente, que um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos.

A formação de um bloco forte, econômica e politicamente, pode proporcionar a integração regional e o consequente crescimento tão desejado pelos países do Cone Sul (BULSING, 2016), lastreado nas riquezas e valores internos e ainda aumentando a confiança mútua nas questões de segurança e defesa que contribuirão para a tomada de decisões conjuntas, criando mecanismos e ações planejadas para enfrentamento das novas ameaças. Quanto às ameaças tradicionais, uma maior integração possibilitaria a definição dos objetivos do bloco, o reinvestimento na preparação das Forças Armadas de todos os países e uma ação conjunta mais forte.

Desde que Brasil e Argentina assinaram o TNP⁶, o qual trata da não utilização de energia nuclear para fins bélicos (mantendo-se o desenvolvimento da tecnologia para fins pacíficos na área de energia e medicina) a região vive certa estabilidade relativa aos conflitos tradicionais, porém não consegue afastar a instabilidade ligada aos problemas relacionados a segurança interna e aos grandes ilícitos transnacionais.

Por outro lado, os EUA buscam pautar sua agenda no combate a produção de drogas ilícitas e não no consumo interno das mesmas, transferindo para os países da América do Sul o ônus financeiro e ambiental de solucionar o problema, aumentando as distorções sociais internas, inclusive com a adoção de sanções comerciais aos países não cooperativos.

Já a partir dos anos 1980 começa a ocorrer uma movimentação maior no sentido da integração entre os países da América do Sul, tendo o Brasil assumido um protagonismo que lhe pertence em função de ser uma potência regional com destaque nas áreas política e econômica. Por sua vez, fruto do destaque regional, o Brasil possui aspirações de ocupar assento no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), porém precisa desenvolver seu potencial militar e

⁶ Argentina e Brasil aderiram ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) em 1995 e 1998, respectivamente, e concluíram o Acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear.

tecnológico, fato comprovado na determinação estratégica de prosperar nas áreas cibernética, espacial e nuclear.

Celso Amorim (2015), Ministro das Relações Exteriores (2003 - 2011) do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defende a reforma do CSNU, entendendo que o órgão não atinge eficientemente os objetivos para que foi criado com as atuais crises internacionais e reforça que países como Brasil, Índia e África do Sul podem ser valiosos aliados na manutenção da segurança coletiva no sistema internacional.

O conceito de segurança coletiva foca na resolução dos conflitos com a participação ativa dos atores principais do Cone Sul para fornecerem respostas conjuntas na comunidade internacional. Essa segurança coletiva está relacionada com a estruturação de um sistema de segurança comunitária, definitivamente suportado por um compromisso entre Estados, e tendo como objetivo a segurança dos membros da comunidade.

A segurança coletiva (HARDY, 2003 apud ESCORREGA, 2009) busca neutralizar o conflito logo após ter surgido, com uma forte ênfase na resolução, formando uma entidade que coordena a força e objetiva fornecer respostas multilaterais de segurança visando a paz comum. A ONU (ESCORREGA, 2009; ROBOREDO, 2010) é o principal exemplo de uma entidade de segurança coletiva.

3.2 Comunidade de Segurança do Cone Sul

A integração regional é fundamental para a diplomacia brasileira. O Brasil incentiva a integração, visualizando os benefícios para a projeção do país e da região em um globo com características de multipolaridade. Um dos objetivos da Constituição Federal brasileira, estabelece que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade”

(BRASIL, 1988, Art. 4º, parágrafo único).

A criação da UNASUL (2008) vence a fase de desconfiança que durante muito tempo foi reforçada entre os países sul-americanos desde o século XIX. No estabelecimento da UNASUL, os países da região focam suas forças em áreas de suporte comum, como energia e infraestrutura, e passam a corroborar posições políticas.

A UNASUL, segundo o sítio⁷ do Itamaraty, representa a integração dos povos sul-americanos. A região passa por um longo momento de estabilidade democrática que também é fruto dos benefícios decorrentes da coordenação política entre os países, demonstrando que é possível fortalecer a integração e identificar consensos, observando a pluralidade.

No final de 2008, foi lançada a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como parte da UNASUL, com objetivo de impedir novos conflitos na região da América do Sul, na condição de um espaço de diálogo e troca de informações que influenciem de forma benéfica a região, garantindo sua estabilidade.

A proposta, originária do Brasil, tem como base a mudança na perspectiva de enquadramento político doravante praticado pelo país (GALVÃO, 2009), fruto do perfil da política externa brasileira, substituindo suas relações prioritárias da América Latina pela América do Sul. Outra proposição, segundo Teixeira (2015), com relação ao anseio brasileiro na criação dessa forma de cooperação, agora baseada em questões de segurança e defesa, seria a constante busca pelo papel de liderança regional.

Essa proposta leva em consideração a superação dos movimentos de rivalidade no Cone Sul da América do Sul como premissa básica para a integração regional, em que uma comunidade baseada em laços de cooperação em segurança e defesa poderia garantir as condições ideais para o fortalecimento dessas perspectivas na região. Para John Speedy (apud

⁷ <http://www.itamaraty.gov.br> - acesso em 16/07/2018.

GALASTRI, 2005, p. 91), “a cooperação no campo militar dá sustentação às instituições democráticas e mantém a região em paz no começo de um século repleto de desafios”. A proposta enxerga, ainda, a resolução dos problemas sul-americanos como de responsabilidade dos próprios países da região, em aversão a possibilidade de intervenções feitas por países extrarregionais.

4 ANÁLISE DO AMBIENTE ESTRATÉGICO NO CONE SUL

Analisando o cenário estratégico, devem ser observados diversos assuntos de interesse do Cone Sul que podem tornar-se oportunidades ou ameaças para o continente, especialmente para a MB, dependendo do grau de atuação política, visão de longo prazo e vontade nacional.

Uma organização deve traçar sua estratégia de atuação através da análise e identificação das ameaças e oportunidades presentes no ambiente. As ameaças e oportunidades decorrem de fatores externos de uma organização. Uma das ferramentas gerenciais existentes para esta atividade é chamada matriz SWOT - *Strenght, weaknesses, opportunities and threats*, (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças) que analisa as forças e fraquezas (interno) versus ameaças e oportunidades (externo) de forma a identificar estrategicamente áreas a explorar. A análise interna fornece, aos tomadores de decisão, um panorama das capacidades e recursos da organização, bem como de seus níveis de desempenho gerais e funcionais. A análise externa identifica os fatores externos no desenvolvimento da organização, os quais fogem do controle interno, deixando-a mais preparada.

Nesse sentido foram levantados três principais campos de atuação com suas respectivas oportunidades e ameaças, resultado da leitura e interpretação do livro do IPEA (2015), bem como as ações necessárias para minimizar fraquezas e potencializar oportunidades para o Brasil e para o Cone Sul.

O primeiro campo de atuação (IPEA, 2015, p.106, 179, 273 e 327) abarca riquezas naturais, sua proteção e exploração com a finalidade de desenvolver capacidades de utilização e proteção da ampla biodiversidade, ecossistemas e recursos hídricos disponíveis para o Brasil e o Cone Sul, onde por meio do investimento em tecnologia pode-se avançar na solução de problemas globais como na área de medicamentos produzidos através de plantas, animais e inse-

tos e da correta utilização da maior reserva de água doce do mundo, tudo sobre a proteção capilarizada da MB, com meios fluviais adequados e de utilidade dual, ou seja, proteção de nossas riquezas e cuidado com a nossa gente.

O segundo campo de atuação (IPEA, 2015, p.209, 215, 242 e 548) levantado aborda a cada vez maior interdependência dos Estados e a atuação de crimes transnacionais, onde por meio de uma Marinha forte e capacitada, no Brasil e em países do Cone Sul, pode-se aperfeiçoar o monitoramento e suporte ao combate aos ilícitos de forma coordenada, gerando maior estabilidade para a região e atraindo investimentos que vão potencializar as áreas de construção naval, energia, tecnologia e biomedicina, contribuindo para o pleno emprego.

O último campo de atuação (IPEA, 2015, p.211 e 220) navega pelas riquezas energéticas como minério, petróleo e gás e que estão, no caso do Brasil, além de nossas fronteiras terrestres e que dependem de nossa capacidade de projeção de poder naval para sua proteção e exploração, pois caso não haja eficiência, poderá ver-se em futuro próximo o questionamento da soberania nas áreas petrolíferas e a evasão de divisas energéticas que possuem um potencial de desenvolvimento nacional e para a região do Cone Sul muito elevado, fruto do conhecimento adquirido em explorações em águas profundas.

4.1 RIQUEZAS NATURAIS

Esse primeiro quadro busca apresentar as principais riquezas naturais, evidenciando a necessidade de sua proteção e exploração para desenvolvimento de ações específicas voltadas para a biodiversidade, ecossistemas e recursos hídricos disponíveis para o Brasil e para o Cone Sul.

QUADRO 1

Aspecto 1 - Biodiversidade, recursos hídricos e ecossistemas

Oportunidades	Ameaças
Itens farmacêuticos Exploração de biodiversidade Exploração de ecossistemas Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) Mineração em alto-mar	Cobiça internacional (Estados e organizações transnacionais) Desnacionalização de parques industriais Restrição à soberania de exploração Restrição ao desenvolvimento de C&TI Pressões ambientais
Forças	Fraquezas
Biodiversidade da Amazônia, rios e mares Elevada quantidade de recursos hídricos Elevado número de espécies (plantas, animais e insetos) Aquíferos com grande volume LEPLAC	Baixo investimento em C&TI e pesquisas Grande dependência tecnológica Falta de uma política de Estado

Fonte: Autor (2018).

O Cone Sul é rico em biodiversidade, ecossistemas associados e recursos hídricos, visto que os dois primeiros mananciais possuem elevado potencial farmacêutico e condições de alavancar a ciência e a tecnologia, inclusive criando uma ponte entre a medicina e a informática, como é observado nas nanotecnologias aplicadas à medicina. No caso dos recursos hídricos, o Cone Sul apresenta um dos maiores aquíferos conhecidos e que, em futuro próximo, pode ser um ativo de alto valor para as comunidades internacionais devido a sua escassez cada vez maior no mundo e podendo até gerar conflitos de maior intensidade, devendo os países do Cone Sul estarem aptos a defender a soberania sobre ele.

Nesse contexto, existe, com relação a estas áreas, uma cobiça internacional por parte de Estados e também por parte de grandes empresas exploratórias transnacionais que através de aquisições ou fusões passam a gerenciar estes ativos tão valiosos, gerando alguns poucos empregos, mas concorrendo para desnacionalização dos parques industriais da região e consequentemente restringindo o desenvolvimento de tecnologias de ponta e aumentando a dependência interna com os grandes atores internacionais. Fato importante nesse contexto é o crescente cerceamento tecnológico e de investimentos impostos a soberania interna de

exploração pacífica destas riquezas, impedindo o desenvolvimento adequado dos países do Cone Sul.

Certas ações são estratégicas como o LEPLAC, que é o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, programa do Governo, apoiado pela MB, cujo objetivo é estabelecer o limite da Plataforma Continental, além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), em conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que foi assinada e ratificada pelo Brasil.

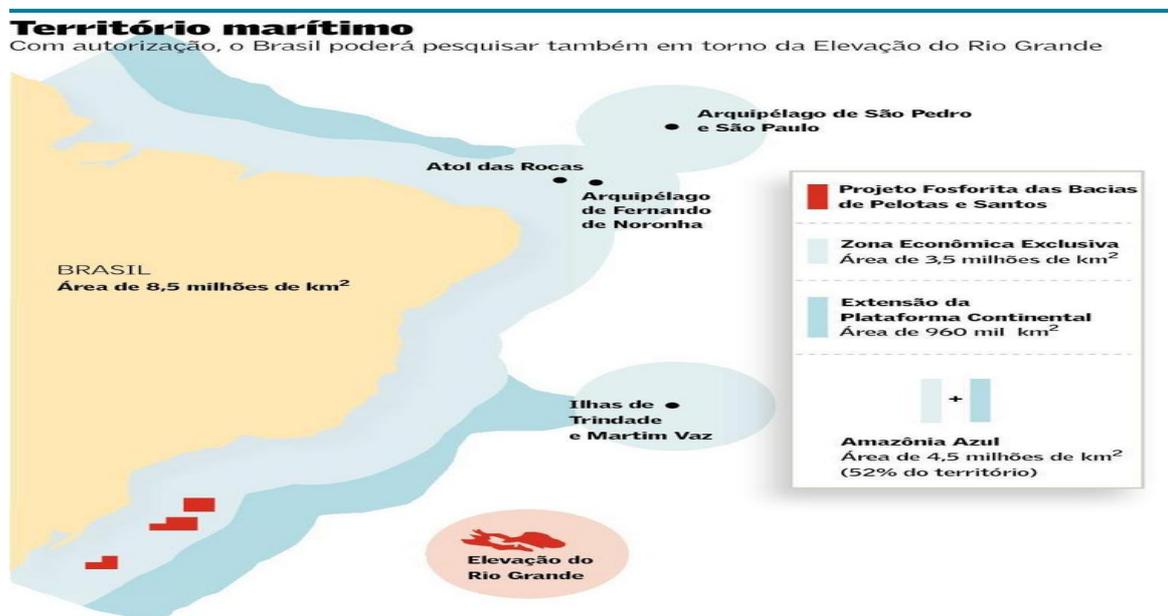


FIGURA 3: Área marítima englobando a Amazônia Azul e a Elevação de Rio Grande.
Fonte: Palestra no EMA sobre desafios e perspectivas para o século XXI (2018, p.11).

Os resultados (FIG. 3) na margem continental brasileira concluíram que o Brasil tem uma área de ZEE de 3.539.817 km² e uma extensa área de plataforma continental, além da ZEE, de aproximadamente 960.000 km². Dessa forma o Brasil incorporará uma área marítima que é maior que a metade da área continental do território brasileiro, de 8.511.996 km², onde exercerá direitos de soberania e jurisdição no que diz respeito à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais e exploração de recursos minerais marinhos.

Segundo o pesquisador Eugênio Frazão existem, na Elevação do Rio Grande, recursos minerais com valor econômico que ainda estão em processo de requerimento junto a *International Seabed Authority* (ISA), com sede em Kingston, na Jamaica, e responsável por regular a exploração do fundo do mar em águas internacionais sob a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar de 1982. A ISA está criando de regras para concessão de autorizações para mineração, em todo mundo, pois elas podem vir a constituir, no futuro, uma importante fonte de recursos disputados no mar.

Os avanços na tecnologia de exploração submarina, em parceria com as ferramentas para a exploração de petróleo e gás a partir de plataformas em alto-mar, estão mudando o cenário marítimo. O esgotamento das reservas de metais no continente e o aumento nos preços, sinaliza que essas áreas requeridas, pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais⁸ (CPRM), serão importantes do ponto de vista estratégico e político para o Cone Sul.

A Elevação do Rio Grande é uma montanha no Atlântico Sul, na altura do Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 1,5 mil quilômetros da costa brasileira, em águas internacionais, que é estudada pela CPRM desde 2009, sendo que vários países como a França, Alemanha e Coreia são capazes de explorar áreas similares em águas internacionais.

De forma a contrapor-se às ações externas que nitidamente prejudicam os interesses da comunidade de segurança do Cone Sul, existe a necessidade urgente de investir na capacidade de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade, ecossistemas associados, exploração de recursos minerais submersos e recursos hídricos, objetivando dar um salto tecnológico que permitirá gerenciar toda esta riqueza ainda pouco explorada.

Os países do Cone Sul perderam o tempo das revoluções tecnológicas (FIG. 4) ao longo dos anos e os países que souberam aproveitar as oportunidades de crescimento são os mais desenvolvidos na atualidade. O desenvolvimento desses países evoluídos deu-se com

⁸ <http://cprmblog.blogspot.com> – acesso em 24/07/2018.

investimento em pesquisa e desenvolvimento e nas parcerias entre governo, academia e indústria, que geraram conhecimento e inovação de uma forma estrutural.

Cinco revoluções tecnológicas em 200 anos (C. Perez)



FIGURA 4: Revoluções tecnológicas no mundo.

Fonte: Aula do Prof. Reinaldo Gonçalves na EGN sobre Globalização e Economia (2018, p.20).

O ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), da Marinha do Brasil, assinaram um Acordo de Cooperação Acadêmica e Técnica, segundo sítio da MB⁹, que tem como principal objetivo promover o intercâmbio de informações, experiências e conhecimentos acadêmicos e técnicos entre organizações. A cooperação permite um conhecimento mais aprofundado das tecnologias que consistem nos sistemas de armas embarcadas, sendo considerada uma ação estratégica para a Marinha. “Com esta parceria, o ITA e o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica) deram um salto a mais na cooperação com as Forças Armadas no Brasil, facilitando a interoperabilidade no contexto do Ministério da Defesa”. Essa parceria reflete a necessidade de uma capacitação mais específica nas áreas ligadas às atividades navais, aproveitando a revolução tecnológica vislumbrada para futuro.

Para proteger e preservar esta riqueza é necessária uma força combinada e integrada dos países que fazem parte do Cone Sul, tendo em vista que sozinhos possuem poucas

⁹ <https://www.marinha.mil.br> – acesso em 16/07/2018.

possibilidades de evitar a interferência externa sobre ativos tão valiosos, porém se a preocupação for de forma integrada a capacidade de resposta tende a ser maior, mais rápida e mais efetiva.

Essa preocupação conjunta gera um maior foco nos problemas comuns e, com o tempo, o investimento em ciência e tecnologia gera saltos de qualidades disruptivas, que contribuem para o crescimento social de toda a comunidade, também sendo gerada uma divisão de trabalho interna na comunidade que busca valorizar as principais capacidades de cada membro da comunidade de segurança.

Define-se uma necessidade de todos os membros do Cone Sul de desenvolverem sua capacidade marítima, quer seja em meios de guerra navais, fluviais e meios de marinha mercante, pois muitos destes mananciais estão em áreas de mar ou podem ser acessados a partir de incursões marítimas ou fluviais, devendo a comunidade do Cone Sul estar apta a dissuadir potenciais agressores de ações belicosas futuras.

O atual contexto marítimo brasileiro (FERREIRA, 2016, apud ALEXANDRE, 2017) revela que 94% do petróleo e 76% do gás natural produzidos no País são extraídos de bacias localizadas no mar. Ainda, 97% do comércio exterior brasileiro (US\$ 323 bilhões) é comercializado por meio de portos públicos e terminais privados. Pode-se, dessa forma, atestar a dependência econômica que o Brasil tem do mar e corroboram com a manutenção das LCM, podendo interferir na economia do País em caso de degradação.

4.2 AMEAÇAS TRANSFRONTEIRIÇAS

O segundo quadro propõe apresentar a interdependência dos Estados e a ocorrência de crimes transnacionais, que podem resultar em problemas envolvendo Forças Armadas, novas ameaças e desestabilização regional.

QUADRO 2

Aspecto 2 - Forças militares, instabilidade política, narcotráfico e migrações internas e externas

Oportunidades	Ameaças
Elevados investimentos externos Desenvolvimento conjunto de doutrina e sistemas Intercâmbio em áreas de interesse militar Fortalecimento dos CDS Redução da assimetria dos Estados-nação Liderança Desenvolvimento tecnológico Integração da industriais Negociação em bloco	Instabilidade nos países da América do Sul Elevação das novas ameaças Elevação da migração Pirataria oceânica
Forças	Fraquezas
Forças armadas bem distribuídas pelos países Presença das instituições do Estado nas fronteiras Sistemas integrados de suporte a decisão Lei de detenção Tratados internacionais (TNP)	Instituições politicamente fracas Corrupção Falta de uma política externa integrada Perda do foco externo

Fonte: Autor (2018).

Os países do Cone sul da América do Sul possuem Forças Armadas mal estruturadas em equipamentos, porém bem distribuídas pelos seus respectivos territórios e da mesma forma existem instituições do Estado, a exemplo da Polícia Federal, em locais estratégicos do território. Os países investem em troca de informações de inteligência com a finalidade de reduzir o fluxo de produtos ilícitos entre fronteiras, como o Brasil que busca integrar os sistemas de suporte a decisão¹⁰ (SisGAAz, SISFRON e SISDABRA), buscando monitorar e atuar de forma mais eficiente nas fronteiras.

¹⁰ Sistemas que consolidam a capacidade em monitoramento, vigilância e reconhecimento, mobilizando a base industrial de defesa e organizações integradoras nacionais, de modo a assegurar independência tecnológica na manutenção, ampliação e perene atualização do sistema para garantir a consciência situacional.



FIGURA 5: Áreas de vigilância e monitoramento no Brasil.
 Fonte: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7600> (2012).

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), conforme sítio da Aeronáutica¹¹, busca prover infraestrutura espacial (FIG. 5) para ser usada estrategicamente e de modo potencializador no Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), no Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), no Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e afins.

Essa infraestrutura também poderá ser utilizada em apoio à agricultura de precisão, na prevenção de desastres ambientais, na segurança pública e para aumento do alcance do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Os sistemas propostos pelo Programa têm uso dual, civil e militar, com benefícios diretos e indiretos para usuários do governo, da sociedade brasileira e da América do Sul.

¹¹ <http://www.fab.mil.br> – acesso em 16/07/2018.

Pode-se afirmar que a importância do presente Programa para a sociedade brasileira, além dos aspectos de segurança e soberania (Expressão Militar), apoia-se no fato de gerar conhecimento (bem intangível) científico aplicado a uma das maiores fontes de valor agregado na atualidade, do ponto de vista comercial: a exploração do espaço. Desta forma, as Expressões Científica, Tecnológica, Econômica e Psicossocial também se tornam evidenciadas.

Os países do Cone Sul devem estar atentos ao fomento da instabilidade por parte de atores externos que visam dividir os países da América do Sul e manter o *status quo* atual, devendo atuar de forma integrada e colaborativa na redução dos crimes transnacionais, da pirataria interna e oceânica, bem como na estabilidade da região, minimizando os fluxos migratórios que desestabilizam todas as economias.

O cidadão necessita conhecer profundamente seus direitos e deveres, exigindo dos governantes uma política transparente e integrada, com instituições fortes e justas, lutando efusivamente contra a corrupção que destrói a economia e eleva a incerteza quanto à eficiência.

Dessa forma, com os países cooperando, haverá condições de receber o investimento externo e gerenciar o desenvolvimento tecnológico e da BID, criando uma liderança real, que busca reduzir assimetrias com a negociação externa em blocos que fortalece o desenvolvimento conjunto.

Com uma visão prática pode-se citar dois desenvolvimentos recentes e em curso que podem potencializar a indústria sul-americana e trazer desenvolvimento tecnológico e comercial conjunto. Kenworthy (1996, apud TEIXEIRA, 2015) afirma que as Forças Armadas dos países que compõem a UNASUL utilizam 2.870 aeronaves, mas somente 714 são de origem regional, surgindo a possibilidade de se fazer concorrência conjunta em áreas

de menor demanda tecnológica, e que possam fazer frente as necessidades destas Forças, como o desenvolvimento de aeronaves treinadoras, como o UNASUL 1 e também aeronaves remotamente pilotadas (ARP).

Segundo Teixeira (2015) uma possibilidade direta seria a substituição das aeronaves de treinamento na Academia da Força Aérea (AFA), as quais já estão em uso a mais 40 anos e que atendem também a formação inicial da MB e a utilização dos ARP pela MB para missões de apoio ao poder naval. O mesmo pensamento pode ser estendido à produção de meios navais como a Corveta da classe Tamandaré e os Submarinos convencionais e nucleares que serão construídos no Brasil e podem ter partes produzidas em países do Cone Sul, gerando interdependência, confiança e crescimento, além de dar mais sustentabilidade financeira ao programa, tendo em vista o comprometimento de mais países na realização final do meio.

Pensando em uma cadeia regional, podem ser quebradas barreiras existentes diante dos esforços de integração regional da América do Sul. Esse favorável ambiente comum de defesa e segurança, promove (MARIANO, 1995) uma maior interação e interdependência dos atores regionais, e minimiza antigos atritos e disputas negativas e destrutivas existentes, principalmente criando dispositivos de compartilhamento de defesa. Com o desenvolvimento conjunto de material de defesa, os participantes diretos e indiretos do projeto terão maior integração com a cultura de cada um dos parceiros, cujo resultado será a maior sinergia e identificação de uma cultura comum, gerando um sentimento de pertencimento que favorece a segurança coletiva na comunidade do Cone Sul. Adicionalmente existirá uma menor ingerência na região por potências externas que a todo tempo buscam o cerceamento de tecnologia e de material de defesa, resultando uma maior projeção externa conjunta dos países do Cone Sul.

Segundo Fletes (2005, p.220), desde 1993, representantes de todos os Estados-Maiores das Forças Armadas do Sul da América Latina participam de simpósios anuais sobre estudos estratégicos. Só no *X Simposio de Estudios Estratégicos de los Estados Mayores Conjuntos y de la Defensa*, realizado em Montevideu, mais da metade das colaborações trataram do tema “O Mercosul e a segurança sub-regional – consequências para o papel das Forças Armadas”.

4.3 RECURSOS ENERGÉTICOS

O terceiro e último quadro apresenta as riquezas energéticas que também devem ser protegidas e exploradas, pois possuem potencial de desenvolvimento para a região do Cone Sul.

QUADRO 3

Aspecto 3 - Petróleo e questões de limites (Cone Sul)

Oportunidades	Ameaças
Comércio internacional Grandes potências consumidoras Ação externa de mediação de conflitos Presença internacional de atores no Atlântico Sul e Pacífico Zopacas ¹² Ausência de conflitos internacionais Pesca e comércio	Pressões ambientais Possibilidade de conflitos futuros Atores transnacionais Exploração externa de espaços comuns no oceano Globalização assimétrica Restrição ao desenvolvimento da C&TI Direito de intervir em função da segurança energética Perda de controle de estruturas estratégicas
Forças	Fraquezas
Produção de petróleo Ausência de conflitos intensos na região Vasto litoral para escoar Capacidade de realizar missões de paz Posse de ilhas de suporte no oceano Atlântico Integração de missões com a FAB	Baixa distribuição dos meios navais pelo litoral Força naval inadequada ao desafio Força aérea inadequada ao desafio Alta dependência de exportações e importações pelo mar Alta dependência de fontes energéticas (petróleo e gás)

Fonte: O Autor (2018).

O Brasil em parceria com outros países da região possui um potencial energético de alta produção de petróleo que em função da ausência de conflitos na região gera estabilidade

¹² Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

de escoamento, principalmente pelo mar, devido a vasta costa. Existe uma capacidade integrada de cumprir missões de paz, observando os pontos fortes de cada país e aproveitando a integração com as outras forças de forma conjunta ou combinada, conforme aprofundado em seguida.

Os países sul-americanos, como Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, foram a principal força da Missão da ONU para a estabilização do Haiti, composta por militares e policiais civis. O Brasil comandou a missão e contribuiu com 1.200 militares efetivos para a força responsável por garantir a segurança naquele país caribenho, de 8 milhões de habitantes. A Argentina participou com 600 homens, o Uruguai com quase 800 e o Chile com 570. Outros países latino-americanos que participaram foram El Salvador, Equador, Paraguai, Bolívia e Guatemala.

É fundamental que os países do Cone Sul observem o cenário mundial de forma integrada e acompanhem de perto a ação de atores transnacionais na exploração de espaços comuns nos oceanos, na dependência crescente de petróleo e gás e na restrição ao desenvolvimento de C&TI, pois todos estes assuntos geram uma globalização assimétrica¹³ em função dos interesses das grandes potências e a perda gradual do controle de estruturas estratégicas, prejudicando o desenvolvimento interno.

Dessa forma, é mister que as Marinhas do Cone Sul sejam adequadamente equipadas para o desafio de atuar em oceanos tão importantes em função do fluxo de exportações e importações e tão grandes e estratégicos em função de produzirem o suporte energético que sustenta o desenvolvimento interno, agindo de forma integrada e com as demais Forças Armadas internas.

¹³ Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells é o processo de aproximação entre as diversas sociedades e nações existentes por todo o mundo, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político. Porém, o principal destaque dado pela globalização assimétrica está na integração desigual de mercado existente entre os países.

Com uma Marinha de guerra fortalecida e balanceada e operando de forma integrada é possível aumentar o suporte a política externa com a presença nos oceanos na manutenção da paz, na busca e salvamento e na salvaguarda dos interesses conjuntos, possibilitando a segurança do comércio internacional na região e atuando como mediador em conflitos.

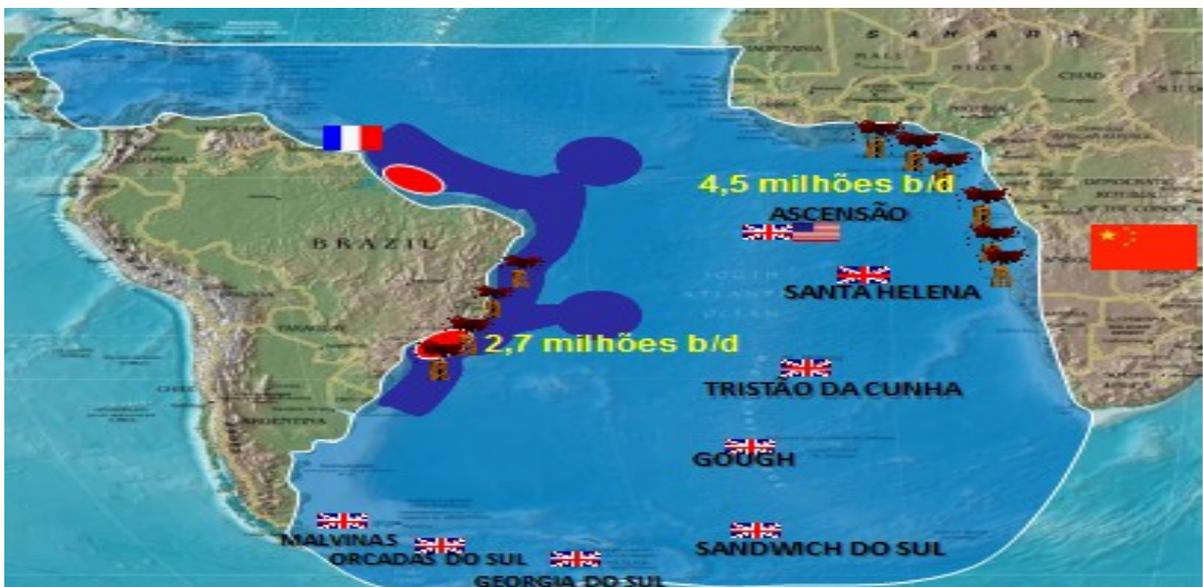


FIGURA 6: Cenário geopolítico no Atlântico Sul.

Fonte: Palestra no EMA sobre desafios e perspectivas para o século XXI (2018, p. 24).

A estratégia naval abrange o emprego dos recursos à disposição do poder naval para atingir os fins da estratégia marítima, decorrente da Política Marítima Nacional (PMN). Estratégia marítima é definida por Corbett (2004) como o princípio pelo qual é governada uma guerra no mar, de forma a influenciar atividades em terra. A estratégia marítima, portanto, direciona o emprego do poder naval (FIG. 6) e da mesma forma todas as atividades relacionadas à Marinha envolvendo o mar. O poder marítimo abarca todas as atividades afetas ao uso dos mares e oceanos, não somente militares.

Os componentes do poder marítimo (PESCE, 2006 apud CAMILA, 2015) são: o **poder naval**, que é a expressão militar do poder marítimo, constituído pelas forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais, as bases navais e posições de apoio, a estrutura logística, administrativa e de comando e controle e forças e meios de apoio não orgânicos da Marinha de Guerra (especialmente os meios aéreos), quando vinculados ao cumprimento de sua missão e submetidos a algum tipo de orientação, comando e controle naval; **a marinha mercante**, a infraestrutura marítima e hidroviária, a indústria naval, a indústria de pesca, as organizações e os meios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, as organizações e os meios de exploração e exploração dos recursos do mar, o pessoal que desempenha atividades relacionadas e a **mentalidade marítima do povo e da classe política**.

A estratégia, positivada no PEM, expressa como a MB utiliza seus pontos fortes e corrige seus pontos fracos (existentes ou potenciais) para atingir seus objetivos, levando em consideração as oportunidades e ameaças do ambiente.

O planejamento estratégico gerencia a organização, possibilitando o estudo e a consequente escolha de ações para se alcançar um objetivo de forma eficiente. O planejamento detalhado, identifica objetivos e implanta políticas para que contemple seu monitoramento e avaliação.

Acrescenta-se ao processo em uso o planejamento baseado em cenários (BRASIL, 2017a) que permite a percepção de múltiplos futuros, por análises aprofundadas do passado, do presente e das tendências, objetivando remover a pessoalidade do processo decisório.

A MB realiza atividades em apoio à Política Externa e estas atividades possuem finalidade, duração, local de atuação, efetivos e meios empregados distintos, avaliando sempre a influência destas atividades em apoio à Política Externa e ratificando a necessidade de investi-

mentos futuros bem como o retorno esperado, dentro das Expressões do Poder Nacional (Política, Econômica, Psicossocial, Científico, Tecnológica e Militar).

O emprego do Poder Naval para o apoio à Política Externa, uma das Atividades estabelecidas na Doutrina Militar Naval, está prevista na END e integra a missão da MB. Denomina-se Diplomacia Naval esse apoio quando, em tempo de paz, o Poder Naval constitui um instrumento da Política Externa brasileira, contribuindo para sua condução.

As seguintes atividades da MB contribuem para o apoio à Política Externa brasileira: Adidâncias, Intercâmbios, Participação em Organizações Internacionais, Operações de Paz, Ações Humanitárias, Missões Navais, Cooperação Material e Tecnológica e Preparo e Emprego do Poder Naval de Marinhas Amigas.

O PEM identifica a missão, a visão de futuro, os valores e as estratégias da instituição, ato contínuo, buscando atingir os Objetivos Estratégicos Navais (OBNAV), as Estratégias Navais (EN) e as AEN. Esses elementos são como referências para estudar oportunidades e ameaças e vislumbrar os desafios para a MB.

O PEM (Brasil, 2017a) traz uma nova orientação para o planejamento de médio e longo prazos da MB, por meio de objetivos estratégicos, orientados pela Visão de Futuro da MB. Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela Marinha para o cumprimento de sua Missão institucional e o alcance de sua Visão de Futuro. No mais alto nível da MB, são denominados OBNAV, compondo o Mapa Estratégico da MB, que fornece a orientação estratégica para um horizonte de vinte anos.

As atividades de apoio à Política Externa, influenciam a opinião pública e as elites dirigentes dos países, reforçam laços de amizade, garantindo acordos e alianças e demonstram intenções em áreas de interesse, contribuindo para a adoção de ações favoráveis, dissuadindo as desfavoráveis.

Observa-se que as ameaças (BOBBITT, 2003, p. 774 apud SILVA, 2015, p. 7) contemporâneas são cada vez mais difusas quanto a sua natureza, estas novas ameaças, são em sua maioria transnacionais e infraestatais, ou seja, incluem desde eventos ambientais, migratórios, ecológicos, como também pobreza, narcotráfico e terrorismo. As ameaças que são enfrentadas não podem ser facilmente categorizadas como agressões de Estados; de fato, pela primeira vez desde o nascimento do Estado, não há mais necessidade de uma estrutura estatal para organizar a violência em uma escala devastadora para a sociedade.

Segundo Martins (2017, p. 39) existe a necessidade de um esforço nacional para vencer o desafio de garantir a segurança nacional no mar, devido às dimensões da costa brasileira, a quantidade e permeabilidade de instalações portuárias, a falta de uma mentalidade marítima nacional consolidada, ao incipiente arcabouço institucional verificado na PMN e pela falta de uma Estratégia Marítima Nacional.

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), no resumo da publicação “A Economia dos Oceanos em 2030”, afirma, entre outras coisas, que o crescimento, em termos de emprego marítimo, deverá ocorrer na energia eólica *offshore*, na aquicultura marinha, transformação de pescado e atividades portuárias. Nas próximas décadas, os avanços científicos e tecnológicos deverão desempenhar um papel crucial, quer na resolução de muitos dos desafios ambientais relacionados com o oceano, quer no aprofundamento das atividades econômicas. Inovações nos materiais avançados, engenharia e tecnologias subaquáticas, sensores e imagiologia, tecnologias via satélite, computadorização e análise de grandes volumes de dados, sistemas autônomos, biotecnologia e nanotecnologia, ou seja, todos os setores da economia dos oceanos, vão ser afetados por estes avanços tecnológicos.

Com relação à atividade pesqueira (ALEXANDRE, 2017), com grandes possibilidades de exploração, é visível que o esgotamento dos recursos marinhos nos diversos mares do

mundo tem acarretado o deslocamento de frotas pesqueiras de outras nacionalidades para o Atlântico Sul. O pescado constitui importante fonte de alimento e de geração de empregos para o mundo.

Segundo Till (2004), com o crescimento populacional, a demanda por pescado comestível tenderá a crescer para mais de 115 milhões de toneladas em 2020, bem acima das 80 milhões de toneladas de 2005, devendo a MB ter condições de proteger este patrimônio brasileiro.

As perspectivas são de desenvolvimento, a longo prazo, das indústrias emergentes relacionadas com os oceanos, bem como o seu contributo para o crescimento e o emprego, fazendo ao mesmo tempo uma gestão responsável e sustentável dos oceanos, sugerindo uma série de recomendações para o desenvolvimento sustentável da economia dos oceanos, fomentando uma maior cooperação latina na ciência e tecnologia marítimas como forma de estimular a inovação e reforçar o desenvolvimento da economia dos oceanos.

5 DESAFIOS PARA A MARINHA DO BRASIL

Muitos assuntos foram trazidos para análise nos capítulos anteriores, mas baseado nos exemplos práticos apresentados, na estrutura de planejamento da MB e nos grandes pensadores e referenciais teóricos estudados, pode-se vislumbrar ações a serem pensadas para que a segurança coletiva no Cone Sul seja alcançada com a participação de diversos países, trazendo desenvolvimento conjunto na América do Sul.

Foi realizada uma pesquisa (CEMBRA, 2015), pela Fundação Getúlio Vargas, para verificar o conhecimento dos brasileiros sobre a MB e suas atribuições marítimas. Ouvidas 2.000 pessoas em todas as regiões do Brasil, foi constatado que 90% dos brasileiros consideram a MB importante, confiam e creem que ela contribui para o País, entretanto, quando solicitadas a exemplificarem as ações da MB, apenas 10% responderam corretamente.

Deve-se intensificar uma estratégia de divulgação das atividades da MB, no âmbito da população brasileira, especificamente nas áreas marítima e fluvial, ligadas à área de influência naval, realizando a conquista de corações e mentes dos principais decisores, expondo as oportunidades advindas do crescimento da importância da exploração dos mares e rios, principalmente no tocante a prospecção de riquezas minerais e de hidrocarbonetos, atividades pesqueiras, proteção dos usuários marítimos, segurança da navegação e salvaguarda da vida, tudo isto levando em consideração a proteção do meio ambiente e o aumento da longevidade marítima e fluvial, requisitando uma contribuição de valores que vão subsidiar o incremento do poder efetivo naval e mercante para cumprimento da missão da MB de forma crescente em eficiência.

Existe a intenção de ampliação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a instalação de um centro de inovação em parceria com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) em São José dos Campos, São Paulo. O MIT auxiliará a repensar o

currículo dos cursos de graduação em Engenharia que oferece, sendo uma excelente oportunidade de inclusão de cursos ligados à atividade marítima, os quais contribuirão para uma especialização técnica na área de interesse da MB, podendo futuramente migrar para áreas de desenvolvimento tecnológico naval e marítimo, criando um polo de conhecimento que impulsionará o desenvolvimento da BID na área de construção e manutenção de meios marítimos.

Como oportunidades, segundo Alexandre (2017), identifica-se o potencial para desenvolvimento de tecnologias de emprego dual; o fomento da indústria naval, nanotecnologias, biotecnologias, ecossistemas e setores afins, com possibilidade de aumento de sua produtividade e competitividade; a capacitação de empresas nacionais, tanto pelo desenvolvimento próprio de tecnologia, como pela sua absorção junto a parceiros estrangeiros; e a geração de empregos diretos e indiretos.

A Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) assinaram um Protocolo de Intenções Mútuas (PIM), nas instalações do DCTA, que assegura o desenvolvimento conjunto de projetos de interesse das Forças, na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Segundo o sítio¹⁴ da Diretoria de Tecnologia da MB, ocorre, atualmente, uma aproximação entre a DGDNTM, o DCT e o DCTA, além da oficialização da Parceria estabelecida por meio da assinatura do Protocolo de Intenções Mútuas (PIM), que busca incrementar a participação de Oficiais da Marinha, como alunos, nos Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu do Instituto Militar de Engenharia (IME), nas áreas de Controle de Vibrações em Sistemas Inerciais e de Controle de Plataformas Giroestabilizadas, a

¹⁴ <https://www.marinha.mil.br> – acesso em 16/07/2018.

participação de pesquisadores do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), como docentes, nos Cursos de Pós-graduação do IME e ITA e o compartilhamento de recursos laboratoriais, principalmente dos Laboratórios do ITA, Laboratórios de Sistemas Inerciais e de Metrologia do Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e do Laboratório de Mecatrônica do IME.

Todas essas ações práticas geram desenvolvimento do Brasil e do Cone Sul, integrando os diversos países em torno de crescimento tecnológico e industrial, gerando uma interdependência entre a maioria dos atores regionais, criando uma espiral do conhecimento e conquistas industriais que alinham a indústria, a academia e o governo, elevando o investimento em segurança e traçando desafios e objetivos comuns, realimentando compromissos como o MERCOSUL e a UNASUL, gerando o crescimento como um todo da comunidade do Cone Sul da região da América do Sul.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mar sempre teve um papel importante na história do Cone Sul, afinal foi pelo mar que chegaram os portugueses e os espanhóis no século XV. As primeiras ocupações do território também se deram na costa marítima ao longo dos séculos subsequentes. Sendo assim, o oceano sempre exerceu papel político destacado para a região.

Todas as interconexões entre países, somadas às atividades desenvolvidas e coordenadas pelo Estado de forma política, em acordos e tratados internacionais, geram uma aproximação maior entre Estados que coadunam dos mesmos objetivos e interesses e esta aproximação transparente e conjunta pode gerar desenvolvimento coletivo e um sentimento de pertencimento a algo maior que seu próprio país, proporcionando cada vez mais inter-relações comerciais, políticas, militares, econômicas e de ciência e tecnologia que podem alavancar, no caso deste estudo, o Cone Sul da América do Sul, criando oportunidades de crescimento regional e proporcionando um pensamento único de defesa e proteção da região, sendo tomadas, por parte dos Estados-membros, ações de política externa coordenadas e suportadas que fortificam a coletividade e causam dissuasão nas ações exógenas ao bloco sul-americano.

Observa-se o Brasil e os países do Cone Sul com um poder brando reduzido, segundo o relatório anual sobre o tema, divulgado pela consultoria britânica Portland, em um conjunto de 30 países, porém com atuação equilibrada e voltada para o respeito à diplomacia, direitos humanos e negociação para resolução de questões divergentes entre países e sua exemplar participação em missões de paz da ONU, devendo todas estas atividades serem amplamente divulgadas em âmbito interno. Fica clara, também, a necessidade de crescimento do poder duro, poder este que precisa ser trabalhado de forma conjunta entre os países do Cone Sul, principalmente com transparência e troca de conhecimento e tecnologia, criando confiança mútua e proporcionando desenvolvimento em todos os países de forma balanceada,

dissuadindo assim interferências de atores externos e com interesses divergentes ao crescimento da região.

Contudo, em um contexto geográfico e temporal mais amplo, faz-se necessário pensar no papel de liderança que o Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa, busca para exercer uma política externa mais incisiva na região do Cone Sul. A negação do uso do mar é o pilar que tornará possível a construção de uma estratégia para toda a região, porém, também é necessário que as próximas etapas das tarefas estratégicas a cargo da Marinha – controle de áreas marítimas e projeção de poder sobre terra – sejam concretizadas.

Sendo assim, faz-se premente uma articulação mais próxima com países africanos de potencial estratégico, como África do Sul, Nigéria e Angola, além de Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile no âmbito do Cone Sul, visando um fortalecimento das expressões de poder dos países do entorno estratégico brasileiro.

A política externa e o poder militar brasileiro, no que concerne às atribuições da Marinha, necessitam buscar uma forma de atuação conjunta frente as novas ameaças, pois vários ativos minerais, de pesca e energéticos podem tornar-se objeto de disputa internacional em função da escassez mundial.

Reforçam as considerações apresentadas até agora a perspectiva de crescimento significativo da população de vários países da Ásia, especificamente China, Índia e Indonésia, perfazendo cerca de 30% da população mundial até 2040, com os quais é realizado um comércio marítimo efetivo. Esse fato é relevante para a política externa do Cone Sul que investe em agronegócio e petróleo e que exporta para estes países, utilizando maciçamente as LCM.

Uma política regional de construção naval depende de uma política industrial consistente, devendo, para ser uma oportunidade levar em conta a eficiência do sistema de financia-

mento, de forma a fortalecer as empresas nacionais de navegação e formar uma frota mercante própria, em condições de competir interna e externamente. Busca-se a recuperação da bandeira brasileira começando pela cabotagem, mas sempre com foco de longo prazo no comércio internacional, visto a importância do comércio marítimo para a economia.

Na área tecnológica e de pesquisa, buscar o conhecimento do mar é uma oportunidade, criando campos de teste para protótipos, incentivos fiscais à indústria e oferecendo tarifas diferenciadas, com vistas ao desenvolvimento do setor marinho.

A MB promove a gestão do conhecimento de forma a cumprir sua missão, buscando sempre aprimorar os processos de capacitação tecnológica, atenta às oportunidades de novos meios e suas tecnologias. A MB sempre busca tecnologias de interesse, focando nas evoluções e inovações na área, minimizando a defasagem tecnológica.

Para melhor aproveitamento das oportunidades apresentadas é necessário investir na evolução científica, tecnológica e na inovação, onde a MB passa a dominar e aprimorar aquelas relacionadas aos meios navais, minimizando a dependência extrarregional, promovendo parcerias internas e com países do Cone Sul que dividam informações, pesquisas e desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a autonomia científica por meio de ações conjuntas, estabelecendo a colaboração mútua.

O Cone Sul é marítimo e é preciso preservar, em grau adequado, a segurança nesse espaço em um mundo globalizado, devendo ser implementados os recursos necessários à plena obtenção do que é previsto na Estratégia Nacional de Defesa para a Marinha, principalmente, a construção de navios de superfície e do submarino com propulsão nuclear e a implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), tudo para melhorar a fiscalização e monitoramentos efetivos das águas jurisdicionais, reduzindo as ameaças.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.. *Rising powers in stormy seas: Brazil and the UNIFIL maritime task force*. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.pandia.defesa.gov.br/pt/acervo-digital/13-operacoes-de-paz-da-onu/565-rising-powers-in-stormy-seas-brazil-and-the-unifil-maritime-task-force,-por-adriana-abdenur>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

ABDI. **Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira.**/ Marcos José Barbieri Ferreira; Fernando Sarti. – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. – Campinas: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2013.

ADLER, E e BARNETT, M.. *Security Communities*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

ALEXANDRE, M. S.. **A capacidade de construção naval no país e o programa de reaparelhamento da Marinha.** Rio de Janeiro: EGN, 2017.

AMORIM, C.. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais.** [S.l] v.4, n.7, Jan./Jun. 2015. Semestral.

ARLINE, S. A. A. .17 out 2014. 143 slides. **Material sobre Nanotecnologia** - os Riscos da Tecnologia do Futuro e seus impactos na saúde e meio ambiente apresentado no Seminário de Segurança e Saúde do Trabalho no Auditório do SESI - Cuiabá/MT.

ARON, R.. **Paz e Guerra entre as Nações.** 1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

AUGUSTO, W. M. T. J. . 23 out 2014. 20 slides. Material sobre desafios e oportunidades para a construção de um complexo regional de segurança na América do Sul apresentado no X Curso de Extensão em Defesa Nacional UFRGS –Porto Alegre.

BAHIA, N. R. C.. **América do Sul: uma comunidade de segurança a médio prazo.** Rio de Janeiro, EGN, 2017.136 f.: il.

BERNARDO, A. G., DAYSE, B. **O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-Novas Fronteiras: avaliação de progresso e oportunidades para o futuro,** Porto Alegre, RS (UFRGS), 2011. 122 f.

BRASIL. **Cenários de Defesa 2035.** Ministério da Defesa. Brasília. 2012, p. 307.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil.** 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2016a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2016b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. **Política Nacional de Defesa**. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2016c. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA-300: Plano Estratégico da Marinha (PEM)**. Brasília, 2017a.

_____. Marinha do Brasil. **EMA-322: O posicionamento da marinha do Brasil nos principais assuntos de interesse naval**. Brasília: Marinha do Brasil, 2017b.

_____. Marinha do Brasil. **EMA-415: Estratégia de ciência, tecnologia e inovação da Marinha do Brasil**. Brasília, 2017c.

BRICK, E. S. ; NOGUEIRA, W. S. F. . **A Estratégia Naval Brasileira e o desenvolvimento da Base Logística de Defesa**. Revista da EGN, v. 23, 2017, p. 13-44.

BRIGADÃO, C.; JÚNIOR, D. P. (Org.). **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. [S.l] Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

BRONZEADO, G. A. **Anarquia e cooperação no sistema internacional: um contraponto ao mito realista de que em cenários anárquicos não pode haver cooperação**. Recife (UEPB), Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 3 (1), 2012, p. 119-139.

BRUSTOLIN, V. M.. **Inovação e desenvolvimento via Defesa Nacional nos EUA e no Brasil**. Rio de Janeiro (UFRJ), Cambridge (USA), 2014.

BULSING, L. F. K. **Possibilidade de formação de uma Comunidade Regional de Segurança a partir da UNASUL e o planejamento estratégico da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: EGN, 2016.

CAMILA, C. R. L.. **O Poder Naval na Construção do Poder Marítimo Brasileiro**. PUC-SP. Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 1, jan./jun. 2015, p. 123-137.

CANDEAS, A.W.. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. RBPI. vol.48, n.1, p.178-213, 2005.

CARNEIRO, C. L. R.. **O desenvolvimento da base industrial de defesa como forma de incremento do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2013.

CEMBRA. **O Brasil e o mar no século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do País / Cembra**, coord. Luiz Philippe da Costa Fernandes, prep. Lucimar Luciano de Oliveira. – 2. ed., rev. e ampl. Niterói, RJ : BHMN, 2012. 540 p.

CHAIB, C et al. **Uma sistemática de avaliação objetiva da relação esforço x resultado das atividades da MB, em apoio à Política Externa brasileira**. Rio de Janeiro: EGN, 2017.

CHIOZZO, V. D. ; AMORIM, W.D. . **Comunidade de segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança?**. Revista da EGN, v. 23, 2017, p. 99-130.

DEUTSCH, K. W. et al. **Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience**. New York: Greenwood, 1969.

ESCORREGA, L. C. F.. **A Segurança e os Novos Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias**. Revista Militar N.º 2491/2192 - Agosto/Setembro de 2009.

FIGUEIREDO, E. L.; MONTEIRO, A. A. D.. **O papel do Brasil na segurança marítima no Atlântico Sul**. Revista da Escola de Guerra Naval, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 25-62, ago. 2016. ISSN e-2359-3075. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/166>>. Acesso em: 24 Jul. 2018.

FLEMES, D. **Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile**. *Rev. Sociol. Polit.*. 2005, n.24, pp.217-231.

FONTOURA, P. R. C. T.. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C.. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GALASTRI, L. O. **A missão de observadores militares Equador-Peru – MOMEPE (1995 – 1999) e a participação do Exército Brasileiro**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GONÇALVES, T; CORBELLINI, M. **A estratégia marítima brasileira contemporânea**

para o Atlântico Sul. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, p. 249-277, dez. 2014. ISSN 1982-6729. São Paulo: Manole, 2005.

GONÇALVES, W.; SILVA, G. A.. **Dicionário de Relações Internacionais.**

GRUMBACH, R. J. S. et. al. **Método Grumbach de Gestão Estratégica.** Rio de Janeiro: Brainstorming, 2013, 151 f.

HIRST, M.; NASSER, R. M.. *Brazil's involvement in peacekeeping operations: the new defence-security foreign policy nexus.* Noruega: Norwegian Peacebuilding Resource Centre (NOREF), 2014. Disponível em: <<http://peacebuilding/original/application/1f05a3ed4.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

IPEA. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Brasília: Assecor, 2017. 320 p. : il., gráfs. Color.

IPEA. **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar** / Edison Benedito da Silva Filho, Rodrigo Fracalossi de Moraes: organizadores. – Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 346 p. : il., gráfs., tabs.

IPEA. **Megatendências mundiais 2030 : o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?** : contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil / organizadora: Elaine C. Marcial. – Brasília : Ipea, 2015. 175 p. : il., gráfs., mapas color.

IPEA, **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul** / organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: Ipea, 2014. 284 p. : graf., mapas.

IPRI. **O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI** / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006. 150p. (Coleção América do Sul)

JÚNIOR, A.W.M.T., SOUSA, V.M., Leite, A.C.C. **Comparando Estratégias de Operacionalização de Variáveis em Relações Internacionais: a mensuração de capacidades do poder nacional.** Paraíba (UFP), 2017. Meridiano 47.

KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. (Org.); **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: Entre a Tradição e a Inovação.** Prefácio de Gonzaga Patriota. Brasília: Editora IPEA, 2012.

KEOHANE, R. e NYE, J.. *Power and Interdependence.* Nova Iorque: Longman, 1989.

KERR, G. S.. **A participação da Marinha do Brasil na Missão de Paz no Líbano: Implicações Político-Estratégicas**. 2015. 75 fl. Monografia para o Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2015.

LAFER, C.. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MAGALHÃES, D. T. A. **Comunidade de segurança: a teoria no conceito**. Carta Internacional (USP), v. 7, 2012, p. 81-98.

MAHAN, A. T.. *The influence of sea power upon history 1660 – 1783*. 5nd ed. (inglês) Nova York: Dover Publications. 1894. p. 555.

MARIANO, K. L. P.. **O neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional**. Cadernos CEDEC n° 50. São Paulo, 1995.

MARTINS, A. C. R.. **O Brasil, a UNIFIL e seus Condicionantes de Defesa**. 2016. 84 fl. Monografia para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE, Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2016.

MC CLORY, J. *The Soft Power 30: A Global 30 Ranking of Soft Power 2017*. Portland, 2017. Acessado em 24/07/2017. Disponível em <<https://softpower30.com/soft-power-30-2017/>>.

MCTI. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015**. Balanço das Atividades Estruturantes. Brasília, 2011.

MONTENEGRO, A. N. 16 maio 2018. 40 slides. O Estado-Maior da Armada e os desafios do século xxi, Brasília, BR, 2018.

MOREIRA, A. S.. **As ameaças da Amazônia Verde e Amazônia Azul: uma relação possível?**. In: VIII ENABED, 2014, BELÉM. VIII Encontro Nacional da Associação dos Estudos de Defesa.

MORGENTHAU, H.. **A política entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial, Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NAE / Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Projeto Brasil 3 tempos: 2007, 2015 e 2022**. Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2006.

NYE, J. S.. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE, J. S.. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, H. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **A Política Externa na Visão dos seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

OSCAR, M. S. F. 19 maio 2015. 76 slides. Material sobre projetos da SecCTM apresentado na audiência pública da comissão-permanente do Congresso, Brasília.

PAIVA, I.. **Defesa do Atlântico Sul e segurança energética no Brasil**. Revista da EGN, v. 23, 2017, p. 157-190.

RAMOS, M. V., DIRCE, F. M e LUIS, A. **Biotecnologia: a ciência, o bacharelado, a demanda socioeconômica**. Fortaleza, CE, Imprensa Universitária, 2016. 114 p.

ROBOREDO, N.. **A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Séc. XXI**. IESM, Lisboa, 2010.

RODRIGUES, N. **Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais**. Conjuntura Global, v. 3, 2014, p. 107-116.

ROMÁN, J. I. A. C. **O Brasil e a Segurança no Cone Sul no Pós-Guerra Fria**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - USP - Universidade de São Paulo, 2009, 206 f.

STUENKEL, O.. *Brazil, South American Regionalism and Re-Defining the “Atlantic Space”*. In: KORNEGAY, F.A. (Ed.); BOHLER-MÜLLER, N. *Laying the BRICS of a New Global Order: From Yekaterinburg 2009 to e Thekwini 2013*. p. 327–345. Pretoria: *Africa Institute of South Africa*.

TARGINO S.C. ; DANTAS, B. R. ; MELQUIADES S. A. ; PACHECO, C. V. R. ; MARQUES, K. G.. **A evolução Teórica do Conceito de Segurança e a Percepção das Novas Ameaças pela Região Andina e o Cone Sul**. Revista XII Congresso Acadêmico Sobre Defesa Nacional, v. 1, p. 35, 2015.

TEIXEIRA, A. M. **Da aliança estratégica a integração produtiva – um olhar para o setor aeronáutico de defesa da América do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, I Seminário Internacional de Ciência Política, 2015.

TEIXEIRA, V. M. ; ANSELMO, R. C. M. S.. **Integração e conflitos na Região Amazônica**. Revista de Geopolítica, Vol.2, p. 57-76, 2011.

TILL, G.. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. London: Frank Cass, 2004.

VAZQUEZ, E. M. 19 maio 2016. 66 slides. Material sobre a Concepção Estratégica da Marinha apresentado no XIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, Fortaleza, CE.

VIANA, J.P. **Recursos pesqueiros do Brasil: situação dos estoques, da gestão, e sugestões para o futuro**. Boletim regional, urbano e ambiental, 2014, pp.45–59.

VIDIGAL, A. **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VILARA, M. M.. **O uso da Consciência Situacional Marítima nas atividades de Patrulha Naval no combate às novas ameaças**. Rio de Janeiro: EGN, 2017.